

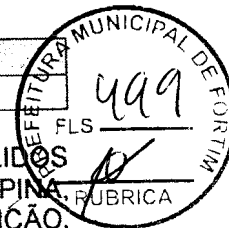
APÊNDICE AO ANEXO I.I – ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR (ETP)

ETP – DATA: 14/04/2025

Categoria: SERVIÇO



OBJETO: SERVIÇOS DE COLETA E TRANSPORTE DE RESÍDUOS SÓLIDOS DOMICILIARES, COLETA E TRANSPORTE DE RESÍDUOS DE VARRIÇÃO, CAPINA, ENTULHO VOLUMOSO E RESÍDUOS DE PODA, SERVIÇOS DE VARRIÇÃO, CAPINAÇÃO, ROÇO E PINTURA DE MEIO FIO NO MUNICÍPIO DE FORTIM/CE.

1. PROBLEMA RESUMIDO

A limpeza urbana e o manejo adequado dos resíduos sólidos urbanos representam uma das principais responsabilidades dos municípios. No Município de Fortim/CE, a crescente expansão urbana, somada ao aumento populacional e ao fluxo turístico, intensificou a geração de resíduos domiciliares, comerciais, entulhos, podas e outros materiais urbanos. Tal cenário demanda solução eficaz e integrada para a coleta, transporte e disposição adequada destes resíduos, a fim de garantir salubridade, preservação ambiental, segurança sanitária e bem-estar à população local e aos visitantes.

2. CLASSIFICAÇÃO DA PRETENSÃO PÚBLICA

Esta contratação é classificada como uma aquisição de serviço comum de engenharia, visto que envolve execução de atividades rotineiras, padronizadas e continuadas, associadas à limpeza urbana e manejo de resíduos

3. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

O Município de Fortim/CE apresenta uma **necessidade contínua, urgente e estratégica** de garantir a execução regular, eficiente e com elevado padrão de qualidade dos **serviços públicos essenciais voltados à limpeza urbana, à proteção da saúde coletiva e à preservação ambiental**. A demanda por tais serviços está diretamente relacionada ao crescimento urbano, ao fluxo constante de moradores e turistas, bem como às condições climáticas e geográficas que favorecem o acúmulo de resíduos, a proliferação de vetores e o surgimento de focos de insalubridade.

Nesse contexto, destacam-se como indispensáveis os seguintes serviços:

- **Coleta e transporte de resíduos sólidos urbanos**, tanto de origem domiciliar quanto comercial;
- **Coleta de resíduos volumosos**, como restos de móveis e eletrodomésticos;
- **Recolhimento de entulhos provenientes de pequenas obras, reformas e demolições**;
- **Poda de árvores urbanas e manutenção de áreas verdes**;
- **Capinação, roçagem manual e mecanizada** de vias, praças, calçadas, terrenos baldios e margens de vias urbanas e rurais;
- **Pintura de meios-fios**, com foco na estética urbana, organização do tráfego e valorização do espaço público;
- **Limpeza e manutenção das praias do litoral fortinense e das margens do Rio Jaguaribe**, áreas de alta sensibilidade ambiental e relevância turística.

A realização contínua e eficaz dessas atividades é fundamental para a **promoção do bem-estar da população**, pois estão diretamente ligadas à prevenção de doenças infectocontagiosas, à eliminação de criadouros de vetores como mosquitos, baratas e roedores, e à melhoria das condições sanitárias das comunidades locais, especialmente nas áreas mais vulneráveis.

Além do impacto direto na saúde pública, tais serviços exercem papel essencial na **preservação dos ecossistemas naturais**, ao evitar a contaminação de corpos hídricos, a poluição visual e o descarte irregular de resíduos sólidos, colaborando para a manutenção do equilíbrio ambiental e da biodiversidade local.

Outro aspecto fundamental da necessidade identificada é o **potencial turístico do Município de Fortim**, que tem como um de seus principais atrativos as belezas naturais, a orla marítima, o Rio Jaguaribe e o clima litorâneo. A limpeza e conservação desses ambientes são, portanto, fatores determinantes para garantir uma experiência positiva aos visitantes, consolidando a imagem do município como destino turístico de referência e **estimulando o desenvolvimento econômico local por meio do turismo sustentável**.

Cabe ressaltar que a ausência ou falha na execução desses serviços pode gerar consequências graves, como a degradação ambiental, o aumento de internações por doenças relacionadas à falta de saneamento, a desvalorização dos espaços públicos, o acúmulo de resíduos e a queda na atratividade turística da cidade.

Diante disso, torna-se imprescindível a adoção de uma solução estruturada, contínua e tecnicamente adequada, capaz de atender à demanda crescente e garantir a efetiva entrega de serviços públicos de qualidade à população fortinense, promovendo a saúde, a cidadania e a sustentabilidade ambiental.

4. DEMONSTRAÇÃO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÃO ANUAL

Conforme preconiza o art. 11, § 1º da Lei 14.133/2021, a contratação ora analisada está prevista no Plano de Contratações Anual (PCA) da Prefeitura Municipal de Fortim para o exercício de 2025, sendo classificada como prioritária, dada sua relevância estratégica para a saúde pública, meio ambiente e qualidade de vida urbana.

5. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. REQUISITOS GERAIS

- Execução dos serviços conforme cronograma pactuado;
- Utilização de mão de obra qualificada e treinada;
- Disposição final ambientalmente adequada dos resíduos;
- Observância aos princípios da economicidade, eficiência e sustentabilidade.

5.2. REQUISITOS LEGAIS

- Observância integral à Lei nº 14.133/2021;
- Cumprimento da legislação ambiental, sanitária, trabalhista e de segurança;
- Licenças ambientais e autorizações pertinentes;
- Regularidade fiscal e trabalhista da contratada.

5.3. REQUISITOS DE SUSTENTABILIDADE

- Destinação final ambientalmente correta dos resíduos;
- Adoção de práticas de redução de emissões e uso eficiente de combustíveis;
- Utilização de equipamentos com menor impacto ambiental.

5.4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

- Definição clara dos serviços, quantitativos e frequências;
- Garantia de atendimento às zonas urbana e rural;
- Veículos e equipamentos adequados e em bom estado de conservação.



6. LEVANTAMENTO DE MERCADO

Como se trata de um serviço de engenharia, não foi realizado um levantamento de mercado, mas sim um projeto básico por parte da equipe técnica de engenharia da Secretaria de Desenvolvimento Urbano com o objetivo de assegurar a razoabilidade e a compatibilidade dos preços estimados para a presente contratação.

As informações obtidas permitiram a construção de uma estimativa de custos pautada na média dos preços de mercado, refletindo a realidade econômica local e alinhada aos princípios da economicidade, eficiência e vantajosidade que regem a Administração Pública, com base em procedimentos transparentes e objetivos, visando garantir a exequibilidade da contratação e a prevenção de sobrepreço ou subpreço, em conformidade com as diretrizes estabelecidas pela Nova Lei de Licitações e Contratos (Lei nº 14.133/2021).

**7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**

A solução mais adequada para atender às necessidades identificadas pelo Município de Fortim/CE consiste na **contratação de empresa especializada para a execução integrada dos serviços de limpeza urbana**. Essa contratação visa garantir a prestação contínua, eficiente, padronizada e com qualidade dos serviços públicos essenciais voltados à higiene, à saúde pública, à conservação ambiental e à valorização turística do município.

A proposta abrange um escopo amplo e detalhado de atividades, incluindo:

- **Coleta e transporte de resíduos sólidos urbanos**, compreendendo os resíduos domiciliares e comerciais;
- **Coleta de resíduos volumosos**, tais como móveis inutilizados e eletrodomésticos descartados;
- **Coleta de resíduos provenientes de poda de árvores e remoção de entulhos**, resultantes de reformas e demolições;
- **Execução de serviços de capinação e roçagem manual e/ou mecanizada**, em vias públicas, praças, calçadas e terrenos públicos;
- **Pintura de meio-fio**, com o objetivo de valorizar o espaço urbano e contribuir para a organização e segurança viária;
- **Limpeza e manutenção regular de praias e margens do Rio Jaguaribe**, considerando o impacto ambiental e turístico dessas áreas.

Essa abordagem integrada justifica-se pela necessidade de **centralizar e coordenar de forma eficiente as diversas frentes de trabalho relacionadas à limpeza urbana**, permitindo a utilização racional de recursos públicos, a uniformização dos padrões de execução, a simplificação dos processos administrativos e a otimização da fiscalização por parte da gestão municipal.

A contratação de uma única empresa para a execução global desses serviços possibilita **melhor controle de qualidade, maior responsabilidade contratual, mais agilidade na execução das ordens de serviço, além de favorecer a economicidade e a transparência**, pilares fundamentais da Administração Pública contemporânea.

Além disso, a medida contribui diretamente para a **melhoria da qualidade de vida da população**, ao proporcionar ambientes urbanos mais limpos, salubres e visualmente organizados, prevenindo a proliferação de vetores causadores de doenças, além de promover a valorização dos espaços públicos e dos atrativos turísticos do município.

A solução proposta está em consonância e com os princípios da **Lei nº 14.133/2021**, no que tange à busca pela eficiência, à promoção do desenvolvimento sustentável e à entrega de resultados concretos para a sociedade.



PROGRAMA PREFEITO
AMIGO DA CRIANÇA



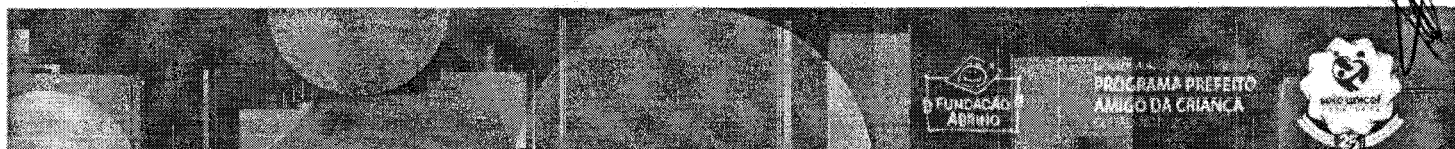
Assim, diante do exposto, a contratação integrada de empresa especializada representa não apenas uma alternativa viável do ponto de vista técnico, mas também a solução mais vantajosa sob os aspectos econômico, social e ambiental, garantindo uma gestão moderna, responsável e eficaz dos serviços de limpeza urbana no Município de Fortim/CE.



8. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES DE ITENS A SEREM CONTRATADOS E VALORES ESTIMADOS

SERVIÇOS DE COLETA E TRANSPORTE DE RESÍDUOS SÓLIDOS DOMICILIARES					
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID	QTDE	VALOR	VALOR TOTAL
1	ADMINISTRAÇÃO LOCAL COLETA DE LIXO - RESIDENCIAL / COMERCIAL / INDUSTRIAL	MÊS	12	R\$ 24.595,53	R\$ 295.146,36
2	CAPINA MANUAL DE VIAS E LOGRADOUROS PÚBLICOS	MÊS	12	R\$ 16.457,24	R\$ 197.486,88
3	COLETA E TRANSPORTE DE RESÍDUOS DOMICILIARES E COMERCIAIS COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 6M3 - OUTRAS LOCALIDADES	MÊS	12	R\$ 62.357,40	R\$ 748.288,80
4	COLETA E TRANSPORTE DE RESÍDUOS DOMICILIARES E COMERCIAIS COM CAMINHÃO COMPACTADOR DE 15M3 - SEDE E DISTRITO DE BARRA E MACEIÓ	MÊS	12	R\$ 72.234,15	R\$ 866.809,80
5	COLETA MANUAL E TRANSPORTE AO DESTINO FINAL DE RESÍDUOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL (ENTULHO) COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 12M3 - SEDE E DISTRITO	MÊS	12	R\$ 29.396,81	R\$ 352.761,72
6	COLETA MANUAL E TRANSPORTE AO DESTINO FINAL DE RESÍDUOS DE PODA C/CAMINHÃO CARROCERIA DE 4.5M3 - SEDE E DISTRITO	MÊS	12	R\$ 31.063,38	R\$ 372.760,56
7	COLETA MANUAL E TRANSPORTE AO DESTINO FINAL DE RESÍDUOS DE PODA C/CAMINHÃO CARROCERIA DE 8.5M3 - SEDE E DISTRITO	MÊS	12	R\$ 31.063,38	R\$ 372.760,56
8	COLETA MANUAL E TRANSPORTE AO DESTINO FINAL DE RESÍDUOS URBANOS COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 6M3 - SEDE E DISTRITO	MÊS	12	R\$ 95.238,00	R\$ 1.142.856,00
9	LIMPEZA DE FAIXA DE PRAIA, USANDO TRATOR 4X4 COM CARROCERIA ACOPLADA	MÊS	12	R\$ 30.944,72	R\$ 371.336,64
10	LIMPEZA DO RIO JAGUARIBE COM UTILIZAÇÃO DE BARCO	MÊS	12	R\$ 7.169,96	R\$ 86.039,52
11	PÁ CARREGADEIRA INCLUINDO OPERADOR, COMBUSTÍVEL E MANUTENÇÃO	MÊS	12	R\$ 32.849,11	R\$ 394.189,32
12	ROÇAGEM MANUAL DE VIAS E LOGRADOUROS PÚBLICOS	MÊS	12	R\$ 31.350,00	R\$ 376.200,00
13	ROÇAGEM MECANIZADA COM ROÇADEIRA ACOPLADA EM TRATOR	MÊS	12	R\$ 784,60	R\$ 9.415,20
14	SERVIÇO DE PINTURA DE MEIO FIO	MÊS	12	R\$ 16.964,10	R\$ 203.569,20

✓



15	TRATOR DE ESTEIRA INCLUINDO OPERADOR, COMBUSTÍVEL E MANUTENÇÃO	MÊS	12	R\$ 1.740,80	R\$ 20.889,60
16	VARRIÇÃO MANUAL DE VIAS E LOGRADOUROS PÚBLICOS	MÊS	12	R\$ 89.108,57	R\$ 1.069.302,84
VALOR GLOBAL					R\$ 6.879.813,00

9. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

Os serviços objeto da contratação serão executados de forma parcelada, conforme a demanda efetivamente apresentada pela Administração Pública, respeitando as necessidades reais e específicas de cada localidade e período. Essa metodologia possibilita maior flexibilidade operacional, ao permitir que os serviços sejam realizados de maneira planejada, estratégica e ajustada às prioridades do município.

A execução sob demanda contribui significativamente para a otimização dos recursos públicos, evitando gastos desnecessários com atividades que não se façam imediatamente necessárias, além de possibilitar maior controle gerencial sobre os serviços prestados. Isso garante que os esforços estejam concentrados nos locais que apresentem maior acúmulo de resíduos, necessidade de roçagem, capinação, limpeza de entulhos ou intervenções em praças e jardins de rios.

Adicionalmente, a prestação parcelada dos serviços facilita o acompanhamento técnico por parte da fiscalização contratual, permitindo a emissão de ordens de serviço conforme cronograma previamente estabelecido ou mediante identificação de situações emergenciais, assegurando, assim, a agilidade na resposta às demandas e a manutenção da qualidade dos serviços prestados.

Essa forma de execução também promove melhor planejamento orçamentário e financeiro, uma vez que os pagamentos serão realizados com base nos quantitativos efetivamente executados e medidos, o que garante maior economicidade e aderência aos princípios da eficiência, razoabilidade e proporcionalidade previstos na Lei nº 14.133/2021.

Portanto, a execução dos serviços de forma parcelada e sob demanda representa uma solução inteligente, técnica e juridicamente adequada para assegurar a efetividade da contratação, o uso racional dos recursos públicos e a entrega de resultados concretos à população do Município de Fortim/CE.

10. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO

A presente contratação está devidamente alinhada aos princípios do planejamento e da eficiência previstos na Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos), tendo sido precedida por um conjunto de instrumentos técnicos e gerenciais que asseguram sua regularidade, necessidade e viabilidade.

Inicialmente, foi elaborado o Documento de Formalização da Demanda (DFD), instrumento essencial para registrar e justificar a necessidade da contratação. O DFD tem como principal finalidade identificar, de forma clara e objetiva, o problema a ser resolvido pela Administração Pública, descrevendo os objetivos da contratação e seu alinhamento com os planos e metas institucionais. Além disso, o DFD permite o mapeamento de possíveis alternativas de solução e a análise da pertinência da despesa, sendo fundamental para garantir a racionalidade e a economicidade dos recursos públicos.

Com base no DFD, a Secretaria de Desenvolvimento Urbano através da equipe técnica da Engenharia do Município de Fortim/CE elaborou o Projeto Básico, contendo as especificações técnicas detalhadas dos serviços a serem contratados, os critérios de medição e pagamento, bem como os elementos necessários para a definição do valor estimado e da metodologia de execução. O Projeto Básico constitui a base técnica da contratação e permite o adequado dimensionamento dos recursos, além de servir como referência para a elaboração dos demais documentos que compõem o processo licitatório.



PROGRAMA PREFEITO AMIGO DA CRIANÇA



Em seguida, foi produzido o presente **Estudo Técnico Preliminar (ETP)**, que tem por objetivo demonstrar a viabilidade técnica da contratação, a justificativa da escolha da solução adotada, a descrição dos resultados pretendidos, a avaliação dos riscos que podem comprometer a execução contratual e a análise das soluções disponíveis no mercado. O ETP é peça obrigatória nas contratações públicas e representa um instrumento essencial para a tomada de decisão administrativa, pois fornece as bases técnicas e econômicas que embasam o Termo de Referência e os demais atos do processo.



Complementando a análise, foi elaborado o **Mapa de Gerenciamento de Riscos**, instrumento que permite à Administração identificar, avaliar e mitigar os riscos inerentes à contratação, sejam eles de natureza técnica, jurídica, operacional ou financeira. O Mapa de Riscos contribui para uma gestão mais segura e transparente, prevenindo falhas na execução contratual e assegurando a continuidade dos serviços públicos.

Por fim, foi construído o **Termo de Referência**, documento que consolida todas as informações técnicas, operacionais e legais necessárias à contratação. O Termo de Referência contém a descrição detalhada do objeto, os requisitos de desempenho, os critérios de medição e avaliação, as obrigações da contratada e da contratante, o valor estimado, as condições de pagamento, o prazo de execução e demais aspectos indispensáveis à boa execução contratual.

Dessa forma, evidencia-se que a contratação em tela é fruto de um planejamento prévio criterioso, com base em documentos técnicos elaborados por profissionais competentes e alinhados com os objetivos estratégicos do Município de Fortim/CE, garantindo a legalidade, a transparência, a economicidade e a eficiência na aplicação dos recursos públicos.

11. RESULTADOS PRETENDIDOS

Com a execução da presente contratação, a Administração Pública Municipal de Fortim/CE almeja alcançar os seguintes resultados concretos:

1. **Aprimoramento da limpeza urbana em todas as regiões do município**, por meio da execução contínua, padronizada e eficiente de serviços de varrição, capinação, roçagem, coleta e transporte de resíduos sólidos domiciliares, comerciais, volumosos e entulhos, contribuindo para um ambiente urbano mais limpo, organizado e visualmente agradável;
2. **Redução significativa dos riscos sanitários e ambientais**, com a eliminação de focos de acúmulo de lixo e resíduos em áreas públicas, prevenindo a proliferação de vetores transmissores de doenças (como mosquitos, roedores e baratas), e mitigando impactos negativos sobre o meio ambiente, especialmente em áreas de preservação permanente, praias e margens do Rio Jaguaribe;
3. **Maior eficiência na gestão integrada dos resíduos sólidos e do paisagismo urbano**, com a otimização dos recursos humanos e materiais, melhor planejamento das rotas de coleta, controle e fiscalização da execução contratual, além da conservação de áreas verdes e logradouros públicos, promovendo um espaço urbano mais funcional, seguro e sustentável;
4. **Elevação do nível de satisfação da população residente e dos visitantes**, por meio da melhoria perceptível da qualidade dos serviços públicos de limpeza e manutenção urbana, gerando impactos positivos na saúde pública, no bem-estar social e na imagem do município, sobretudo no que se refere à atratividade turística e ao sentimento de pertencimento e valorização do espaço coletivo;
5. **Redução dos custos operacionais a médio e longo prazo**, por meio da contratação de empresa especializada e da adoção de práticas eficientes de planejamento, execução e monitoramento, evitando gastos com ações corretivas, retrabalho ou intervenções emergenciais;
6. **Maior controle, fiscalização e rastreabilidade dos serviços executados**, com a possibilidade de adoção de mecanismos tecnológicos de acompanhamento em tempo

real, relatórios periódicos e indicadores de desempenho que possibilitem a atuação tempestiva da gestão municipal;

7. **Conservação da infraestrutura urbana e aumento da vida útil de espaços públicos**, uma vez que a limpeza regular, a remoção de resíduos e a manutenção de áreas verdes contribuem diretamente para a preservação de calçadas, vias públicas, meios-fios e equipamentos urbanos;
8. **Conformidade com a legislação ambiental e sanitária vigente**, prevenindo autuações e sanções por parte de órgãos de controle externo, ao assegurar que os serviços contratados estejam alinhados com as normativas federais, estaduais e municipais que regulamentam o manejo de resíduos sólidos, saúde pública e proteção ambiental;
9. **Consolidação de uma cultura de sustentabilidade e cidadania ambiental**, promovendo a conscientização da população quanto à importância da conservação dos espaços públicos, à correta destinação dos resíduos e ao papel coletivo na construção de uma cidade mais limpa, saudável e acolhedora.



12. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E TRATAMENTOS

A atividade de coleta e transporte de resíduos sólidos urbanos, ainda que essencial para a saúde pública e a preservação ambiental, pode gerar impactos adversos caso não sejam adotadas medidas de controle e mitigação adequadas. Entre os principais efeitos negativos associados à execução dessa atividade, destacam-se:

- **Emissão de poluentes atmosféricos**, especialmente dióxido de carbono (CO₂), material particulado e óxidos de nitrogênio (NOx), provenientes da frota utilizada no transporte dos resíduos, que podem contribuir para o agravamento do efeito estufa e da poluição do ar;
- **Contaminação do solo e dos corpos hídricos**, no caso de vazamentos de líquidos percolados (chorume) durante o transporte, oriundos de resíduos mal acondicionados ou de veículos sem sistema de vedação eficiente;
- **Riscos à saúde pública e ao meio ambiente**, caso os resíduos sejam destinados de forma inadequada, em áreas impróprias ou sem o devido tratamento e licenciamento ambiental, contribuindo para a degradação de ecossistemas e proliferação de vetores;
- **Ruídos e incômodos à população**, causados pelo tráfego de veículos pesados, sobretudo em horários inapropriados ou em vias residenciais com alta densidade populacional.

Diante desse contexto, a **solução proposta contempla um conjunto de exigências técnicas e operacionais rigorosas**, voltadas à minimização dos impactos ambientais e à garantia da sustentabilidade dos serviços prestados, tais como:

- **Obrigatoriedade de utilização de veículos adequados e em perfeitas condições de funcionamento**, com comprovação periódica de manutenção preventiva e corretiva, visando à redução da emissão de gases poluentes e à segurança operacional;
- **Implementação de logística otimizada e planejamento de rotas inteligentes**, a fim de diminuir o tempo de operação, o consumo de combustíveis fósseis e o desgaste dos veículos, contribuindo para a eficiência energética e a redução de impactos nas vias urbanas;
- **Apresentação de comprovantes de destinação final ambientalmente adequada dos resíduos coletados**, emitidos por empresas ou entidades devidamente licenciadas pelos órgãos ambientais competentes, conforme determina a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010);
- **Treinamento e capacitação contínua das equipes envolvidas na operação**, com foco em boas práticas ambientais, segurança do trabalho e manuseio correto dos resíduos, garantindo a qualidade e a responsabilidade socioambiental na execução dos serviços.

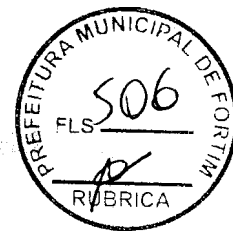
Com essas diretrizes, busca-se não apenas **mitigar os impactos negativos inerentes à atividade**, mas também assegurar que a prestação dos serviços se dê em consonância com os princípios da **eficiência, sustentabilidade e responsabilidade ambiental**, promovendo benefícios duradouros para o município de Fortim e para toda a população.

13. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

A contratação envolve objeto que é interdependente para o sucesso do projeto.

14. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO

Para viabilizar a contratação dos serviços de limpeza urbana e garantir a sua conformidade com os princípios da legalidade, eficiência, economicidade e planejamento, a Administração Municipal de Fortim/CE deverá adotar as seguintes providências:



1. Elaboração e aprovação dos documentos técnicos obrigatórios:

- **Documento de Formalização da Demanda (DFD):** Instrumento inicial que justifica a necessidade da contratação e que embasa o planejamento das aquisições.
- **Estudo Técnico Preliminar (ETP):** Documento que analisa a viabilidade técnica e econômica da contratação, descrevendo o problema, avaliando alternativas e justificando a solução mais adequada.
- **Projeto Básico (quando aplicável):** Elaborado por profissional técnico da área de Engenharia do Município, detalha os serviços a serem executados e as condições técnicas exigidas para a execução contratual.
- **Termo de Referência (TR):** Documento que especifica tecnicamente o objeto da contratação, define critérios de medição e pagamento, obrigações da contratada e contratante, e parâmetros de qualidade dos serviços.
- **Matriz de Riscos (MR):** Instrumento de gestão contratual que identifica possíveis riscos à execução do contrato, suas consequências e responsabilidades, permitindo ações preventivas e corretivas.

2. Consulta de preços e pesquisa de mercado:

- Levantamento de preços com empresas do setor e consultas a contratações similares realizadas em outros municípios, a fim de estabelecer uma estimativa de custo compatível com os preços praticados no mercado e com a realidade local.

3. Definição da modalidade e tipo de licitação:

- Escolha da modalidade licitatória mais adequada (como concorrência ou pregão), observando critérios de julgamento (menor preço por item, por lote ou por global), conforme previsto na Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos).

4. Reserva orçamentária e dotação adequada:

- Garantia de disponibilidade orçamentária e financeira suficiente para suportar a contratação, mediante emissão de Nota de Reserva e vinculação à dotação orçamentária pertinente.

5. Publicação do edital e ampla divulgação:

- Elaboração do edital com clareza e objetividade, contendo todos os anexos obrigatórios, critérios de habilitação, julgamento e execução contratual, e posterior publicação em meios oficiais (PNCP, site institucional, mural e outros meios exigidos).

6. Condução do procedimento licitatório com observância aos princípios legais:



- o Adoção de práticas que assegurem a impessoalidade, isonomia entre os licitantes, competitividade, e julgamento objetivo, garantindo a lisura do processo.

7. Designação da equipe de fiscalização e gestão contratual:

- o Nomeação formal de servidores responsáveis pelo acompanhamento da execução do contrato, fiscalização técnica e administrativa, emissão de relatórios e aplicação de penalidades, caso necessário.

8. Implementação de mecanismos de controle e avaliação dos serviços:

- o Utilização de indicadores de desempenho, cronogramas físicos e financeiros, checklists de vistorias, e outras ferramentas de monitoramento contínuo da execução contratual.

9. Adoção de medidas para garantir a sustentabilidade e a responsabilidade ambiental da contratação:

- o Exigência de comprovação de destinação final dos resíduos, veículos com manutenção adequada, e práticas sustentáveis por parte da empresa contratada.

10. Transparência e controle social:

- Disponibilização dos documentos da contratação no Portal da Transparência do Município, bem como atendimento a eventuais solicitações de informações por parte dos órgãos de controle ou da população.



15. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE

A presente contratação revela-se viável técnica, operacional, jurídica, orçamentária e ambiental, considerando todos os aspectos analisados ao longo deste Estudo Técnico Preliminar (ETP), bem como os documentos que o integram.

Inicialmente, constata-se que há **necessidade pública justificada**, evidenciada pela obrigatoriedade da Administração Municipal de garantir a adequada prestação dos serviços essenciais de limpeza urbana, coleta e transporte de resíduos sólidos, poda de árvores, capinação, roçagem, pintura de meios-fios, limpeza de praias e das margens do Rio Jaguaribe.

Tais serviços são imprescindíveis à **higiene pública, à proteção da saúde coletiva, à segurança sanitária e à conservação ambiental**, além de contribuírem diretamente para a valorização estética e o desenvolvimento turístico sustentável do Município de Fortim/CE.

Do ponto de vista técnico, a solução mais eficiente identificada é a **contratação de empresa especializada para execução integrada dos serviços**, promovendo padronização, otimização de recursos, controle eficaz e melhoria contínua da qualidade. A demanda foi detalhadamente especificada pela área requisitante e validada por equipe técnica da Engenharia do Município, responsável pela elaboração do Projeto Básico. A alternativa apresenta **aderência total às necessidades administrativas e operacionais**, bem como conformidade com as especificações técnicas exigidas.

Quanto ao aspecto jurídico, a contratação está fundamentada na Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos), e seguirá os princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, planejamento e interesse público. Foram elaborados o Documento de Formalização da Demanda (DFD), o Estudo Técnico Preliminar (ETP), o Termo de Referência (TR), a Matriz de Riscos (MR), e demais peças técnicas obrigatórias, observando-se os dispositivos legais e regulamentares pertinentes.

No que tange à **viabilidade orçamentária e financeira**, a Administração providenciará a **reserva orçamentária compatível com a estimativa de custo**, assegurando a regularidade do processo.



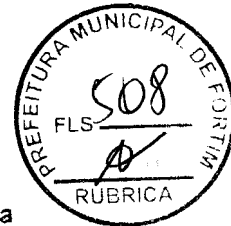
PROGRAMA PREFEITO AMIGO DA CRIANÇA



Do ponto de vista **ambiental**, foram consideradas medidas preventivas e mitigadoras para os impactos que a execução dos serviços pode gerar, como exigência de veículos com manutenção em dia, logística de coleta eficiente, controle sobre a destinação ambientalmente adequada dos resíduos, e obrigações ambientais claras no Termo de Referência. Assim, a solução proposta contribui diretamente para a **sustentabilidade urbana e o equilíbrio ecológico local**.

Ademais, a contratação está alinhada ao **Planejamento Anual de Contratações (PAC)** da Administração Municipal, tendo sido precedida por estudo técnico qualificado, com a participação de profissionais de diferentes áreas, e conduzida sob os princípios da governança pública e da boa gestão.

Dessa forma, **declara-se viável a contratação pretendida**, por ser a solução mais adequada, eficiente e sustentável para atendimento ao interesse público, respeitando os princípios legais e administrativos, e proporcionando melhorias diretas e mensuráveis na prestação dos serviços de limpeza urbana e qualidade de vida da população fortinense.



16. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

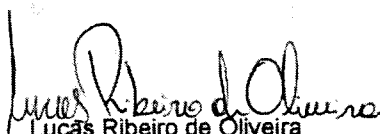
Diante da análise técnica, administrativa, jurídica, orçamentária e ambiental realizada neste Estudo Técnico Preliminar (ETP), conclui-se que a contratação proposta mostra-se **totalmente adequada e justificada**, atendendo de forma eficiente à demanda da Administração Pública Municipal.

A solução apresentada – contratação de empresa especializada para a execução integrada dos serviços de limpeza urbana – representa a alternativa **mais vantajosa sob os aspectos da economicidade, eficiência operacional, sustentabilidade e garantia da qualidade dos serviços prestados à população**. Trata-se de uma escolha alinhada ao interesse público, aos princípios da nova Lei de Licitações e Contratos (Lei nº 14.133/2021), e ao planejamento estratégico do Município de Fortim/CE.

Além disso, foram respeitadas todas as etapas legais e administrativas que antecedem o processo licitatório, como a elaboração do Documento de Formalização da Demanda (DFD), do Projeto Básico, do presente Estudo Técnico Preliminar (ETP), da Matriz de Riscos e do Termo de Referência, assegurando **transparência, governança, responsabilidade fiscal e clareza na definição do objeto contratual**.

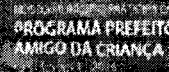
Assim, **considera-se plenamente adequada a contratação pretendida**, recomendando-se a sua continuidade para a abertura do processo licitatório, com vistas à seleção da proposta mais vantajosa para a Administração e à efetiva melhoria da limpeza urbana, da saúde pública, da preservação ambiental e da valorização turística do município.

Fortim-CE, 14 de abril de 2025.


Lucas Ribeiro de Oliveira
Comissão de Planejamento


Joseline dos Santos Moura
Comissão de Planejamento


José Neto de Castro
Comissão de Planejamento





MATRIZ DE GERENCIAMENTO DE RISCOS

MR.25.03.10.3C0-01 - PC.25.03.10.3C0-01 - DATA: 14/04/2025

OBJETO

SERVIÇOS DE COLETA E TRANSPORTE DE RESÍDUOS SÓLIDOS DOMICILIARES, COLETA E TRANSPORTE DE RESÍDUOS DE VARRIÇÃO, CAPINA, ENTULHO, VOLUMOSO E RESÍDUOS DE PODA, SERVIÇOS DE VARRIÇÃO, CAPINAÇÃO, ROÇO E PINTURA DE MEIO FIO, NO MUNICÍPIO DE FORTIM/CE.

INTRODUÇÃO

O gerenciamento de riscos permite ações contínuas de planejamento, organização e controle dos recursos relacionados aos riscos que possam comprometer o sucesso da contratação, da execução do objeto e da gestão contratual.

O Mapa de Gerenciamento de Riscos deve conter a identificação e a análise dos principais riscos, consistindo na compreensão da natureza e determinação do nível de risco, que corresponde à combinação do impacto e de suas probabilidades que possam comprometer a efetividade da contratação, bem como o alcance dos resultados pretendidos com a solução de TIC.

Para cada risco identificado, define-se: a probabilidade de ocorrência dos eventos, os possíveis danos e impacto caso o risco ocorra, possíveis ações preventivas e de contingência (respostas aos riscos), a identificação de responsáveis pelas ações, bem como o registro e o acompanhamento das ações de tratamento dos riscos.

EXPLICATIVO DOS ÍNDICES

A avaliação da probabilidade e do impacto deverá ser analisada em uma escala de 1 a 5, conforme definida na tabela

ESCALA DA PROBABILIDADE			ESCALA DE IMPACTO		
Descritor	Descrição	Nível	Descritor	Descrição	Nível
Muito baixa	Evento extraordinário, sem histórico de ocorrência.	1	Muito baixo	Impacto insignificante nos objetivos.	1
Baixa	Evento casual e inesperado, muito embora raro, há histórico de sua	2	Baixo	Impacto mínimo nos objetivos.	2
Média	Evento esperado, de frequência reduzida, e com histórico de ocorrência	3	Médio	Impacto mediano nos objetivos, com possibilidade de recuperação.	3
Alta	Evento usual, com histórico de ocorrência amplamente conhecido.	4	Alto	Impacto significativo nos objetivos, com possibilidade remota de	4
Muito Alta	Evento repetitivo e constante.	5	Muito Alto	Impacto máximo nos objetivos, sem possibilidade de recuperação.	5

Após o resultado do cálculo de probabilidade x impacto será obtido o nível do risco, que poderá ser classificado como baixo, médio, elevado e extremo, conforme tabela abaixo:

Tratar o risco consiste em propor ações para prevenir, transferir, mitigar ou aceitar o risco. Neste campo, deve-se descrever a ação/resposta mais adequada para o tratamento do risco identificado.

NÍVEL DE RISCO	
1 - 2	Baixo
3 - 6	Médio
8 - 12	Elevado
15 - 25	Extremo



PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTIM

Vila da Paz, Bloco D, nº 40 – Bairro Centro – Fortim/CE - CNPJ: 35.050.756/0001-20 – CEP: 62.815-000

Email: compras@fortim.ce.gov.br - Site: www.fortim.ce.gov.br



MATRIZ DE GERENCIAMENTO DE RISCOS

MR.25.03.10.3C0-01 - PC.25.03.10.3C0-01 - DATA: 14/04/2025

RESUMO GERAL DOS RISCOS

Risco	Fase Descrição do risco	Probabilidade Impacto	P X I Nível
R-01	GESTÃO DE CONTRATOS IRREGULARIDADE NA DESTINAÇÃO FINAL DOS RESÍDUOS	3. MÉDIA 4. ALTO	P X I = 12 ELEVADO
R-02	GESTÃO DE CONTRATOS VEÍCULOS UTILIZADOS FORA DOS PADRÕES AMBIENTAIS	4. ALTA 4. ALTO	P X I = 16 EXTREMO
R-03	GESTÃO DE CONTRATOS AUSÊNCIA DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPIS)	3. MÉDIA 5. MUITO ALTO	P X I = 15 EXTREMO
R-04	GESTÃO DE CONTRATOS DESCUMPRIMENTO DO CRONOGRAMA DE COLETA E VARRIÇÃO	4. ALTA 4. ALTO	P X I = 16 EXTREMO
R-05	GESTÃO DE CONTRATOS MÃO DE OBRA TERCEIRIZADA SEM QUALIFICAÇÃO ADEQUADA	3. MÉDIA 4. ALTO	P X I = 12 ELEVADO
R-06	GESTÃO DE CONTRATOS ACIDENTES COM VEÍCULOS DURANTE EXECUÇÃO	3. MÉDIA 5. MUITO ALTO	P X I = 15 EXTREMO
R-07	GESTÃO DE CONTRATOS ACÚMULO DE RESÍDUOS EM ÁREAS NÃO ATENDIDAS	3. MÉDIA 4. ALTO	P X I = 12 ELEVADO
R-08	GESTÃO DE CONTRATOS INEXISTÊNCIA DE CONTROLE DE HORAS TRABALHADAS E SERVIÇOS REALIZADOS	4. ALTA 4. ALTO	P X I = 16 EXTREMO
R-09	GESTÃO DE CONTRATOS DESCUMPRIMENTO DE NORMAS TRABALHISTAS PELA CONTRATADA	3. MÉDIA 5. MUITO ALTO	P X I = 15 EXTREMO
R-10	PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO FALTA DE COBERTURA CONTRATUAL PARA EVENTOS SAZONAIS OU EMERGENCIAIS	3. MÉDIA 4. ALTO	P X I = 12 ELEVADO

Quantidade total de riscos: 10



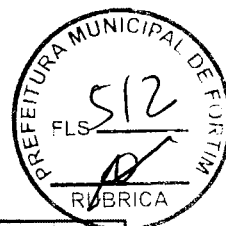
MATRIZ DE GERENCIAMENTO DE RISCOS
MR.25.03.10.3C0-01 - PC.25.03.10.3C0-01 - DATA: 14/04/2025

DETALHAMENTO DOS RISCOS

R-01 - IRREGULARIDADE NA DESTINAÇÃO FINAL DOS RESÍDUOS			
Categoria:	GESTÃO DE CONTRATOS		
Probabilidade:	3. MÉDIA	P X I:	12
Impacto:	4. ALTO	Nível:	ELEVADO
Informações das causas Falta de contrato com aterro licenciado ou descarte em local inadequado			
Ações preventivas Exigir comprovante de destinação final e licença ambiental			
Responsável por ações preventivas: Fiscal de Contrato e Gestor de Contrato.			
Ações de contingência Notificação e aplicação de penalidades contratuais			
Responsável por ações de contingência: Gestor de Contrato e Setor Jurídico.			

R-02 - VEÍCULOS UTILIZADOS FORA DOS PADRÕES AMBIENTAIS			
Categoria:	GESTÃO DE CONTRATOS		
Probabilidade:	4. ALTA	P X I:	16
Impacto:	4. ALTO	Nível:	EXTREMO
Informações das causas Frota antiga, sem manutenção ou sem documentação			
Ações preventivas Exigir documentação dos veículos, licenciamento e vistoria			
Responsável por ações preventivas: Agente de Contratação; Fiscal de Contrato e Gestor de Contrato.			
Ações de contingência Substituição imediata do veículo e notificação da empresa			
Responsável por ações de contingência: Empresa Contratada e Gestor de Contrato.			

R-03 - AUSÊNCIA DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPIS)			
Categoria:	GESTÃO DE CONTRATOS		
Probabilidade:	3. MÉDIA	P X I:	15
Impacto:	5. MUITO ALTO	Nível:	EXTREMO
Informações das causas Falta de fornecimento ou fiscalização do uso			
Ações preventivas Incluir cláusula obrigatória no contrato e exigir comprovação do uso			
Responsável por ações preventivas: Agente de Contratação e Fiscal de Contrato.			
Ações de contingência Multas contratuais e comunicação ao setor jurídico			
Responsável por ações de contingência: Gestor de Contrato e Fiscal de Contrato.			



MATRIZ DE GERENCIAMENTO DE RISCOS
MR.25.03.10.3C0-01 - PC.25.03.10.3C0-01 - DATA: 14/04/2025

DETALHAMENTO DOS RISCOS

R-04 - DESCUMPRIMENTO DO CRONOGRAMA DE COLETA E VARRIÇÃO			
Categoria:	GESTÃO DE CONTRATOS		
Probabilidade:	4. ALTA	P X I:	16
Impacto:	4. ALTO	Nível:	EXTREMO
Informações das causas Falta de planejamento logístico da empresa			
Ações preventivas Fiscalização contínua e definição clara do cronograma no contrato			
Responsável por ações preventivas: Fiscal de Contrato e Gestor de Contrato.			
Ações de contingência Aplicação de sanções administrativas e reavaliação da operação			
Responsável por ações de contingência: Gestor de Contrato e Fiscal de Contrato.			

R-05 - MÃO DE OBRA TERCEIRIZADA SEM QUALIFICAÇÃO ADEQUADA			
Categoria:	GESTÃO DE CONTRATOS		
Probabilidade:	3. MÉDIA	P X I:	12
Impacto:	4. ALTO	Nível:	ELEVADO
Informações das causas Contratação emergencial ou descuido da empresa			
Ações preventivas Exigir capacitação e treinamento básico comprovado			
Responsável por ações preventivas: Secretaria de Desenvolvimento Urbano.			
Ações de contingência Substituição de profissionais e emissão de advertência			
Responsável por ações de contingência: Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Gestor de Contrato.			

R-06 - ACIDENTES COM VEÍCULOS DURANTE EXECUÇÃO			
Categoria:	GESTÃO DE CONTRATOS		
Probabilidade:	3. MÉDIA	P X I:	15
Impacto:	5. MUITO ALTO	Nível:	EXTREMO
Informações das causas Falta de manutenção ou imprudência no trânsito			
Ações preventivas Verificação de documentação, seguro e check-list diário dos veículos			
Responsável por ações preventivas: Fiscal de Contrato.			
Ações de contingência Acionamento do seguro e substituição imediata do veículo			
Responsável por ações de contingência: Empresa Contratada e Gestor de Contrato.			



MATRIZ DE GERENCIAMENTO DE RISCOS
MR.25.03.10.3C0-01 - PC.25.03.10.3C0-01 - DATA: 14/04/2025

DETALHAMENTO DOS RISCOS

R-07 - ACÚMULO DE RESÍDUOS EM ÁREAS NÃO ATENDIDAS			
Categoria:	GESTÃO DE CONTRATOS		
Probabilidade:	3. MÉDIA	P X I:	12
Impacto:	4. ALTO	Nível:	ELEVADO
Informações das causas Erro de cobertura geográfica ou negligência			
Ações preventivas Planejamento de rotas e fiscalização por amostragem			
Responsável por ações preventivas: Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Fiscal de Contrato.			
Ações de contingência Ação corretiva imediata com reforço da equipe			
Responsável por ações de contingência: Empresa Contratada e Secretaria de Desenvolvimento Urbano.			

R-08 - INEXISTÊNCIA DE CONTROLE DE HORAS TRABALHADAS E SERVIÇOS REALIZADOS			
Categoria:	GESTÃO DE CONTRATOS		
Probabilidade:	4. ALTA	P X I:	16
Impacto:	4. ALTO	Nível:	EXTREMO
Informações das causas Falta de sistema de controle ou fiscalização			
Ações preventivas Implantação de relatórios diários e checagem do fiscal			
Responsável por ações preventivas: Fiscal de Contrato.			
Ações de contingência Reajuste nos pagamentos e revisão contratual			
Responsável por ações de contingência: Secretaria de Desenvolvimento Urbano; Secretaria de Administração e Finanças; Gestor de Contrato.			

R-09 - DESCUMPRIMENTO DE NORMAS TRABALHISTAS PELA CONTRATADA			
Categoria:	GESTÃO DE CONTRATOS		
Probabilidade:	3. MÉDIA	P X I:	15
Impacto:	5. MUITO ALTO	Nível:	EXTREMO
Informações das causas Atraso de salários, encargos não pagos			
Ações preventivas Fiscalização da folha e exigência de certidões atualizadas			
Responsável por ações preventivas: Fiscal de Contrato e Gestor de Contrato.			
Ações de contingência Bloqueio de pagamento até regularização			
Responsável por ações de contingência: Secretaria de Administração e Finanças.			



MATRIZ DE GERENCIAMENTO DE RISCOS

MR.25.03.10.3C0-01 - PC.25.03.10.3C0-01 - DATA: 14/04/2025

DETALHAMENTO DOS RISCOS



R-10 - FALTA DE COBERTURA CONTRATUAL PARA EVENTOS SAZONAIS OU EMERGENCIAIS			
Categoria:	PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO		
Probabilidade:	3. MÉDIA	P X I:	12
Impacto:	4. ALTO	Nível:	ELEVADO
Informações das causas Contrato sem cláusulas para aumento de demanda			
Ações preventivas Previsão de cláusula de reajuste de quantitativos e plantões extras			
Responsável por ações preventivas: Comissão de Planejamento e Agente de Contratação.			
Ações de contingência Contratação complementar emergencial ou força-tarefa			
Responsável por ações de contingência: Secretaria de Desenvolvimento Urbano.			

Fortim-CE, 14 de Abril de 2025.

Lucas Ribeiro de Oliveira
Comissão de Planejamento

Joseline dos Santos Moura
Comissão de Planejamento

José Neto de Castro
Comissão de Planejamento

PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTIM
<https://transparencia.acontratacao.com.br/pmfortim/etp>
CHAVE: 3c09bb10e2189124fdd8f467cc8b55a7



ANEXO II – CARTA PROPOSTA

À

Comissão de Contratação/ Central de Licitações do Município de Fortim

Ref.: CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA nº _____

A proposta encontra-se em conformidade com as informações previstas no edital e seus anexos.



1. Identificação do licitante:

- Razão Social:
- CPF/CNPJ e Inscrição Estadual:
- Endereço completo:
- Representante Legal (nome, nacionalidade, Município civil, profissão, RG, CPF, domicílio):
- Telefone, celular, fax, e-mail:

2. Condições Gerais da Proposta:

- A presente proposta é válida por ____ (_____) dias, contados da data de sua emissão.

3. Formação do Preço

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL
VALOR GLOBAL R\$					
Valor por extenso (_____)¹					

A empresa _____, inscrita no CNPJ nº _____, DECLARA que:

1. ESTÃO INCLUSAS NO VALOR OFERTADO TODAS AS DESPESAS COM MÃO DE OBRA, MAQUINÁRIOS E EQUIPAMENTOS, BEM COMO TODOS OS TRIBUTOS E ENCARGOS FISCAIS, SOCIAIS, TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIOS E COMERCIAIS E, AINDA, GASTOS COM TRANSPORTE/HOSPEDAGEM/ALIMENTAÇÃO DE FUNCIONÁRIOS/PREPOSTOS DA EMPRESA, ACONDICIONAMENTO E TRANSPORTE DE MATERIAIS E PRODUTOS.

2. A VALIDADE DA PROPOSTA É DE: _____ (_____) DIAS. (Obras)

3. O PRAZO DE INICIO DE FORNECIMENTO/EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS SERÁ DE ACORDO COM O ESTABELECIDO NO TERMO DE REFERÊNCIA/NO CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO/NA MINUTA DE CONTRATO, ANEXOS AO EDITAL DO CERTAME.

4 A PROPONENTE NÃO INCIDE NAS VEDAÇÕES PREVISTAS NA LEI Nº 14.133/2021.

¹ Acórdão 370/2020-Plenário TCU. A mera existência de erro material ou de omissão na planilha de custos e formação de preços da licitante não enseja, necessariamente, a desclassificação antecipada da proposta, devendo a Administração promover diligência junto ao interessado para a correção de falhas, sem permitir, contudo, a alteração do valor global originalmente proposto.

5.DECLARO, sob as sanções administrativas cabíveis, inclusive as criminais e sob as penas da lei, que toda documentação anexada ao sistema é autêntica

Local e data



Representante Legal da Empresa
CPF Nº
(Nome e Assinatura)

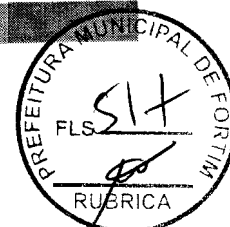
Responsável Técnico da Empresa
CREA N.º ou CAU N.º
(Nome e assinatura)

OBS 1. SERÃO DESCLASSIFICADAS AS PROPOSTAS QUE APRESENTAREM COTAÇÕES CONTENDO PREÇOS EXCESSIVOS, SIMBÓLICOS, DE VALOR ZERO OU INEXEQUÍVEIS, NA FORMA DA LEGISLAÇÃO EM VIGOR, OU AINDA, QUE OFEREÇAM PREÇOS OU VANTAGENS BASEADAS NAS OFERTAS DOS DEMAIS LICITANTES.

OBS 2. NO CASO DE OBRAS OU SERVIÇOS DE ENGENHARIA, ANEXAR AO PRESENTE MODELO DE PROPOSTA: PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, PLANILHA DE COMPOSIÇÃO UNITÁRIA, BDI DE SERVIÇOS E MATERIAIS E CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO COM TIMBRE DA EMPRESA, ASSINADOS PELO RESPONSÁVEL TÉCNICO COM QUALIFICAÇÃO E NÚMERO DO CREA OU CAU.

OBSERVAÇÃO 3: JUNTAMENTE A PROPOSTA DE PREÇOS, OBRIGATORIAMENTE, DEVERÁ SER APRESENTADA: PLANILHA DE PREÇOS BÁSICOS, COMPOSIÇÕES DE PREÇOS UNITÁRIOS, CRONOGRAMA FÍSICO E FINANCEIRO, COMPOSIÇÃO DA PARCELA DE B.D.I, PLANILHA DE ENCARGOS SOCIAIS. OS DOCUMENTOS DEVERÃO ESTAR NO FORMATO PDF.

ANEXO III – MINUTA DO TERMO DE CONTRATO



TERMO DE CONTRATO DE SERVIÇOS Nº

Processo nº _____

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM
(O)A _____ E (O) A _____, ABAIXO
QUALIFICADOS, PARA O FIM QUE NELE SE DECLARA.

O MUNICÍPIO DE FORTIM-CE, pessoa jurídica de direito público, com sede na _____, Centro - _____-CE, inscrito no CNPJ-MF sob o nº _____, neste ato representado pelo Ordenador de Despesas da Secretaria de _____, Sr. _____, já qualificado nos autos do processo, doravante denominado **CONTRATANTE** e, de outro lado, a empresa pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ-MF sob o nº XXXXXXXXXX, com sede, XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX por seu representante legal, Sr. XXXXXXXXXX, RG nº XXXXXXXXXX, CPF nº XXXXXXXXXX doravante denominada **CONTRATADA**, tendo em vista o julgamento da Comissão de Contratação da Prefeitura Municipal de **FORTIM**, datado de ____/____/____, objeto DA **CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N.º N.º _____**, devidamente homologada pelo Exmo. Secretário contratante, no processo nº _____, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e **DECRETO MUNICIPAL Nº XXXXXXXX/20XX, DE XX DE XXXXXXXX DE 20XX**, firmam o presente contrato que se regerá pelas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO

1.1.O presente contrato tem como fundamento a Concorrência Eletrônica nº _____, e seus anexos, os preceitos do direito público, Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e **DECRETO MUNICIPAL Nº XXXXXXXX/20XX, DE XX DE XXXXXXXX DE 20XX**, e demais legislação aplicável ao cumprimento de seu objeto.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO AO EDITAL E PROPOSTA

2.1. O cumprimento deste contrato está vinculado aos termos da Concorrência Eletrônica nº _____, as Especificações Técnicas, a proposta do contratado e eventuais anexos dos respectivos documentos os quais constituem parte deste instrumento, independentemente de sua transcrição.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO OBJETO, REGIME DE EXECUÇÃO E LOCAL DE EXECUÇÃO

3.1. O presente contrato tem por objeto a Contratação de empresa especializada para realização de obra e serviço de engenharia, com vistas à **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA AREA DE LIMPEZA PÚBLICA URBANA PARA A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE COLETA, TRANSPORTE E DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDO, DOMICILIARES, RESÍDUOS PÚBLICO E ENTULHO, COM VARRIÇÃO DE VIAS E LOGRADOUROS PÚBLICOS, PODA, CAPINAÇÃO E PINTURA DE MEIO FIO DO MUNICIPIO DE FORTIM/CE**, de acordo com as especificações e condições previstas na **CONCORRÊNCIA N.º ____/202__**, e seus anexos.

3.2. Este contrato vincula-se ao Edital, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

3.3. Os serviços serão executados na forma de execução indireta, sob o regime de **EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL**.

3.4. Os serviços serão executados no Município Contratante ou em local previsto no Projeto Básico de Engenharia e demais anexos do edital.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA, DOS PRAZOS, PRORROGAÇÕES E DAS CONDIÇÕES

4.1. O prazo de vigência deste contrato será conforme o prazo estipulado no **Cronograma Físico-Financeiro (+) prazo de recebimento provisório dos serviços**, contado do(a) a partir da sua divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma do art. 105 c/c o art. 94 ambos da Lei Federal nº 14.133/2021, admitindo-se a sua prorrogação desde que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o CONTRATADO.



CLÁUSULA QUINTA - DA EXECUÇÃO CONTRATUAL

5.1. O prazo de execução do objeto contratual será conforme o prazo estipulado no **Cronograma Físico-Financeiro**, contado a partir do recebimento da primeira ordem de serviço ou instrumento equivalente.

5.1.1. O prazo de execução poderá ser prorrogado, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

5.1.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, conforme previsão do art. 111 da Lei nº 14.133/2021.

5.2. Os riscos a serem suportados pelo CONTRATANTE e CONTRATADO se encontram descritos no subitem 18.2 do edital, da Matriz de Risco.

5.3. Os serviços terão início no prazo de até 5 (cinco) dias, a contar do recebimento da autorização de serviço/Ordem de serviços ou instrumento equivalente.

5.4. A autorização de serviço somente se efetivará após a assinatura do contrato e sua divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas.

5.5. A prorrogação dos prazos de execução e vigência do contrato será precedida da correspondente adequação do cronograma físico-financeiro, bem como de justificativa e autorização da autoridade competente para a celebração do ajuste, devendo ser formalizada nos autos do processo administrativo.

CLÁUSULA SEXTA - DA SUBCONTRATAÇÃO

6.1. Será admitida a subcontratação do objeto contratual nos termos estabelecidos no subitem 20.7 do edital.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO PREÇO/VALOR

7.1. O **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA** o valor estimado estabelecido na proposta de R\$ ____ (____), pagos em parcelas, de acordo com o cronograma físico-financeiro aprovado e os quantitativos efetivamente executados (regime empreitada por preço global), correndo a despesa à conta da dotação orçamentária do **CONTRATANTE**.

7.1.1. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

7.2. Todas as despesas com tributos, encargos sociais e trabalhistas, bem como alimentação, atendimento médico, uniformes, transporte a seus empregados, correrão por conta da **CONTRATADA**, o qual se

responsabilizará, inteiramente, por todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias e fiscais, decorrentes ou relacionadas com os serviços ora contratados.



CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO, MEDIÇÕES E ADITIVOS

8.1. LIQUIDAÇÃO

8.1.1. Recebida a nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, prorrogáveis por igual período.

8.1.1.1. O prazo de que trata o subitem anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133/2021.

8.1.2. A liquidação da despesa consiste na verificação do direito adquirido pelo credor tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito, observando-se o disposto no art. 63 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.

8.1.3. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

8.1.4. A nota fiscal ou documento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no subitem 11.4 do edital.

8.1.5. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.1.6. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

8.1.7. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.1.8. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

8.1.9. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

8.2. Prazo de pagamento

8.2.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (Trinta) dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa.

8.2.2. No caso de atraso pelo contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

8.3. FORMA DE PAGAMENTO

8.3.1. O pagamento será realizado mediante crédito em conta corrente do contratado.



8.3.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.3.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.3.3.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.3.4. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8.4. ANTECIPAÇÃO DO PAGAMENTO

8.4.1. É vedada a realização de pagamento antes da execução do objeto ou se o mesmo não estiver de acordo com as especificações deste instrumento.

8.5. DA ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA

8.5.1. Os valores do presente contrato não pagos na data prevista serão corrigidos até a data do efetivo pagamento, *pro rata die*, pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, do Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor – SNIPC, ou outro que venha a substituí-lo.

8.6. DAS MEDIÇÕES E DOS ADITIVOS

8.6.1. O pagamento será feito por medição, assistida pela CONTRATADA, de acordo com os quantitativos apurados pela fiscalização e apoio, tendo por base o orçamento e planejamento proposto pela CONTRATADA.

8.6.2. As medições serão ainda cumulativas, e efetuadas sobre o total realizado no período, sendo que os eventos impugnados pela fiscalização não serão considerados até a sua correção total.

8.6.2.1. Para fins de remuneração da “**Administração Local**”, o pagamento será proporcional à execução financeira do contrato, observado o efetivamente executado, não podendo ser alterado.

8.6.3. **Critério de aceitabilidade:** A aceitabilidade da obra está condicionada: à correta execução do projeto de engenharia; ao acompanhamento e atestado dos serviços pela fiscalização; aos relatórios de controle da qualidade, contendo os resultados dos ensaios e determinações devidamente interpretados, caracterizando a qualidade do serviço executado e aos requisitos impostos pelas normas vigentes.

8.6.4. **Medições dos serviços:** Os serviços serão medidos, de acordo com as disposições contidas no Edital, Termo de Referência/Projeto Básico e Minuta de contrato.

CLÁUSULA NONA – DO REAJUSTE

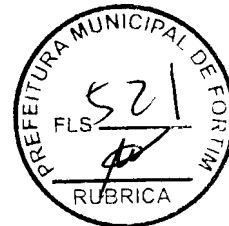
9.1. Os preços unitários relativos ao presente contrato são fixos e irrevogáveis pelo período de 12 (doze) meses, contados da data do orçamento estimativo previsto no Projeto Básico anexo a este Processo.

9.2. Ultrapassado o período citado no item 9.1, desde que inexista culpa da CONTRATADA pela extensão do prazo de execução contratual, os valores unitários, constantes da proposta da CONTRATADA, não executados dentro do prazo citado no item antecedente, em conformidade com o §7º do art. 25 da Lei nº 14.133/2021, poderão ser reajustados pela variação acumulada do IPCA, ou outro índice que vier a substituí-lo, ocorrida no período compreendido entre a data do orçamento estimativo previsto no Projeto Básico e a sua respectiva data de aniversário, e será calculado mediante aplicação da seguinte fórmula:

$$R = V \cdot \left(\frac{I_1 - I_0}{I_0} \right)$$

Em que:

R = valor unitário do reajustamento;



V = valor unitário constante do contrato;

I₁ = valor obtido a partir da fórmula constante do item 9.3;

I₀ = valor obtido a partir da fórmula constante do item 9.4;

9.3. Para cálculo de I₁, será aplicada a seguinte fórmula:

$$I_1 = I_A + d_1 \cdot \left(\frac{I_B - I_A}{D_1} \right)$$

Em que:

I₁ = n° índice do mês anterior ao reajuste;

I_A = n° índice do IPCA do mês anterior ao reajuste;

I_B = n° índice do IPCA do mês em que ocorrer o reajuste;

d₁ = n° de dias decorridos entre o início do mês do reajustamento e a data de aniversário do orçamento estimativo;

D₁ = n° de dias corridos do mês do reajustamento.

9.4. Para cálculo do I₀, será aplicada a seguinte fórmula:

$$I_0 = I_C + d_0 \cdot \left(\frac{I_D - I_C}{D_0} \right)$$

Em que:

I₀ = n° índice do IPCA do mês anterior ao do orçamento estimativo;

I_C = n° índice do IPCA do mês do orçamento estimativo;

I_D = n° índice do IPCA do mês da entrega da proposta;

d₀ = n° de dias decorridos entre o início do mês e a data do orçamento estimativo;

D₀ = n° de dias corridos do mês do orçamento estimativo.

9.5. Enquanto não for divulgado o número índice correspondente ao mês do reajustamento, o reajuste será calculado de acordo com o último n° índice conhecido, cabendo, quando publicado o número definitivo, a correção dos cálculos e o respectivo faturamento complementar. Caberá à **CONTRATADA** efetuar o cálculo do reajuste e apresentar a respectiva memória ou planilha junto com o correspondente Informativo.

9.6. A **CONTRATADA** poderá realizar a conferência da variação de preços apresentada pelo **CONTRATANTE** no respectivo termo de apostilamento ou termo aditivo.

9.7. Os reajustes dos preços dos serviços a que a **CONTRATADA** fizer jus e não forem solicitadas durante a vigência do Contrato, serão objeto de preclusão com o encerramento do Contrato.

9.8. Os reajustes de preços da presente contratação serão formalizados por Apostilamento, exceto quando coincidirem com a prorrogação contratual, quando deverão ser formalizados por meio de Termo Aditivo.

9.9. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

9.10. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o **CONTRATANTE** pagará ao **CONTRATADO** a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

9.11. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

9.12. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

9.13. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE E DO CONTRATADO

10.1. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

10.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo contratado, de acordo com este instrumento e seus anexos;

10.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste instrumento e seus anexos;

10.1.3. Notificar o contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto contratado, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

10.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo contratado;

10.1.5. Comunicar o contratado para emissão de nota fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133/2021.

10.1.6. Efetuar o pagamento ao contratado do valor correspondente a execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos neste instrumento;

10.1.7. Aplicar as sanções previstas na lei e edital, quando do descumprimento de obrigações pelo contratado;

10.1.8. Emitir explicitamente decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do contrato.

10.1.8.1. A Administração terá o prazo de 30 (Trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período.

10.1.9. Responder eventuais pedidos de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (Trinta) dias.

10.1.10. Não responder por quaisquer compromissos assumidos pelo contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

10.2. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

10.2.1. O contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do edital e seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

10.2.1.1. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor;

10.2.1.2. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega dos serviços, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

10.2.1.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;





10.2.1.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

10.2.1.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

10.2.1.6. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores(SICAF), o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a nota fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) Certidão Conjunta relativa aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS - CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT;

10.2.1.7. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

10.2.1.8. Atender os critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto e no edital e seus anexos.

10.2.1.9. Comunicar ao fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto.

10.2.1.10. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

10.2.1.11. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação.

10.2.1.12. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato e desde que regulamentado, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em legislação específicas.

10.2.1.12.1. Comprovar as reservas de cargos e vagas a que se referem o subitem acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas conforme disposto no art. 116, parágrafo único da Lei nº 14.133/2021.

10.2.1.13. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.

10.2.1.14. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133/2021.

10.2.1.15. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

10.2.1.16. Promover, se for o caso, a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

10.2.1.17. Providenciar a substituição de qualquer profissional envolvido na execução do objeto contratual, cuja conduta seja considerada indesejável pela fiscalização do contratante.

10.2.1.18. Respeitar os princípios de proteção de dados pessoais elencados na Lei Geral de Proteção de Dados, Lei nº 13.709 de 14 de agosto de 2018 e suas alterações.



10.2.1.19. A CONTRATADA deverá atender as normas legais vigentes no que couber ao futuro contrato e sujeitar-se-á especialmente ao disposto nas normas municipais referentes a posturas municipais (Lei 092/2009 e suas alterações), assim como a avaliação de desempenho por medição, as quais desatenderá ensejará a aplicação de penalidades específicas de cada normativo. Cumprirá ainda as Normas Técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, e do Ministério do Trabalho e Emprego, e todas as demais legislações pertinentes.

10.2.1.20. Quanto aos padrões e normas específicas a serem cumpridos pelos bens e materiais fornecidos, e pela obra executada ou testada, aplicar-se-ão as disposições da última edição ou revisão dos padrões e normas relevantes em vigor.

10.2.1.21. Dirigir, sob sua inteira responsabilidade, o pessoal adequado e capacitado que necessitar, em todos os níveis de trabalho, para a execução das obras, correndo por sua conta toda responsabilidade quanto os encargos e obrigações de ordem trabalhista, previdenciária.

10.2.1.21.1. A CONTRATADA estará obrigada a destinar pessoal suficiente para o desenvolvimento dos trabalhos a serem realizados, devidamente equipados com EPI (equipamento de proteção individual) e com uniformes, figurando nas costas dos mesmos a inscrição: "A SERVIÇO DO MUNICÍPIO DE FORTIM/CE", na cor preta ou outra escolhida pela administração.

10.2.1.22. Fornecer a Secretaria CONTRATANTE a relação nominal de empregados encarregados de executar a obra/serviço contratado, indicando o número da carteira de trabalho, a data da contratação e do registro no Ministério do Trabalho, atualizando as informações, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, em caso de substituição de qualquer empregado.

10.2.1.23. Efetuar o pagamento de seus empregados no prazo legal, independentemente do recebimento das faturas.

10.2.1.24. Dotar seus empregados de equipamentos de proteção individual (segurança), quando necessários conforme preceituado pelas Normas de Segurança e Medicina do Trabalho.

10.2.1.25. Pagar todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução deste contrato, especialmente o INSS, FGTS e ISS, anexando a cada fatura apresentada a Secretaria de competência, a comprovação do efetivo recolhimento dos valores correspondentes à fatura do mês anterior, vedada a apresentação de Certidões Negativas como comprovação do pagamento dos encargos mencionados, respondendo, do mesmo modo, pelas obrigações não cumpridas pelas subcontratadas:

10.2.1.25.1. A CONTRATADA assume, integralmente, qualquer responsabilidade de natureza cível, criminal, trabalhista, social, previdenciária, fiscais, comercial, tributária e administrativa decorrentes da execução do objeto do presente Contrato, incluindo os atos de seus subcontratados, quando houve.

10.2.1.25.2. A inadimplência do contratado, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais, não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato.

10.2.1.26. Cercar seus empregados e das subcontratadas, quando houver, das garantias e proteção legais nos termos da Legislação Trabalhista, inclusive em relação à higiene, segurança e medicina do trabalho, fornecendo os adequados equipamentos de segurança e proteção individual a todos componentes de suas equipes de trabalho ou aqueles que por qualquer motivo estejam envolvidos com os serviços.

10.2.1.27. Registrar as ocorrências relacionadas com a execução do contrato havidas durante a execução do presente contrato em um "Livro de Ocorrências", permanentemente disponível, respondendo integralmente por sua omissão.

10.2.1.28. Responsabilizar-se por quaisquer danos causados ao patrimônio do Município e de terceiros, por pessoas integrantes de suas equipes de trabalho.

10.2.1.29. Manter, durante toda execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, inclusive, o recolhimento do ISSQN ao Município do Local da prestação do serviço, durante toda a execução do contrato, observando a legislação tributária vigente.

10.2.1.30. Manter permanentemente nas obras e/ou serviços um engenheiro residente responsável ou corresponsável pela execução da obra nos termos da Lei nº 6.496/77, com poderes para representar a CONTRATADA junto a CONTRATANTE, podendo resolver os problemas referentes aos serviços contratados.

10.2.1.31. Reforçar a sua equipe de técnicos nas obras e/ou serviços, se ficar constatada insuficiência da mesma, para permitir a execução dos serviços dentro do prazo previsto.

10.2.1.32. Afastar, dentro de 24 (vinte e quatro) horas o engenheiro credenciado, preposto, mestre, operário ou qualquer outro elemento de seu quadro de funcionários, cuja permanência no serviço for, de forma motivada, julgada inconveniente pela Secretaria CONTRATANTE.

10.2.1.33. Providenciar a colocação, em tempo hábil, de todos os materiais e equipamentos necessários ao andamento dos serviços, dentro da programação prevista; o equipamento deve ser de nível tecnológico adequado e em perfeita condição de funcionamento.

10.2.1.33.1. Os equipamentos devem estar em condições adequadas e equipados com todos os sistemas e dispositivos de proteção previstos na legislação em vigor.

10.2.1.34. Retirar do canteiro e dos locais das obras e/ou serviços todo e qualquer material que for rejeitado em inspeção feita pela Secretaria CONTRATANTE.

10.2.1.35. Manter, durante a execução das obras e/ou serviços, a vigilância dos mesmos, a proteção e conservação dos serviços executados até sua entrega a Secretaria CONTRATANTE.

10.2.1.36. Executar os reparos que se fizerem necessários no serviço de sua responsabilidade, independentemente de sanções cabíveis que vierem a ser aplicadas.

10.2.1.37. A empresa contratada deverá manter, sem ônus para a Secretaria CONTRATANTE, no canteiro de obras, um escritório caso seja necessário e os meios necessários à execução da fiscalização e medição dos serviços por parte da Secretaria de competência.

10.2.1.38. Desmanchar e refazer, sem ônus para a Secretaria CONTRATANTE, os serviços não aceitos pelo mesmo, quando for constatado o emprego de material inadequado ou execução imprópria do serviço à vista das especificações respectivas.

10.2.1.39. Proceder, no final das obras e/ou serviços à desmobilização das instalações provisórias dos canteiros, limpeza e remoção de todo material indesejável.

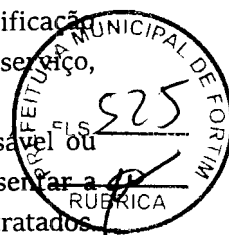
10.2.1.40. Reforçar o seu parque de equipamento se for constatada a inadequação para realizar os serviços de acordo com o cronograma e/ou se, em virtude de atraso, for necessário este aumento do equipamento para recuperação do tempo perdido.

10.2.1.41. Permitir e facilitar a Secretaria Municipal contratante a inspeção ao local das obras e/ou serviços em qualquer dia e hora, prestando todos os informes e esclarecimentos solicitados, relacionados com os serviços contratados.

10.2.1.42. A Contratada deverá fazer a Anotação de Responsabilidade Técnica (A.R.T.) do respectivo Contrato e Orçamento no CREA/CAU-CE, conforme determinam as Leis nºs 5.194, de 24.12.66, e 6.496, de 07.12.87, e as Resoluções nºs 194, de 22.05.70, e 302, de 23.11.84, do CONFEA. A comprovação da Anotação de Responsabilidade Técnica será feita pelo encaminhamento a Secretaria Municipal de competência de via da A.R.T. destinada ao Contratante;

10.2.1.43. Cumprir e fazer cumprir os dispositivos legais pertinentes aos elementos de defesa e preservação do meio ambiente relativamente às legislações em nível federal, estadual e municipal, com o devido cumprimento das condicionantes ambientais.

10.2.1.43.1. A CONTRATADA deverá adotar todas as precauções para evitar agressões ao meio ambiente, mantendo o local de trabalho adequado às exigências de limpeza, higiene e segurança.





- 10.2.1.43.2. A CONTRATADA fica responsável, inclusive por atos de seus empregados, pela preservação da flora e da fauna existente, de acordo com a legislação e normas vigentes.
- 10.2.1.43.3. A CONTRATADA se responsabilizará, sem ônus para a Secretaria Municipal contratante, pela completa desmobilização de todas as estruturas de apoio que venha a instalada para a execução dos serviços, bem como pela recuperação/reabilitação das áreas utilizadas, e pela adequada gestão dos resíduos (coleta, armazenamento e destinação) por ela gerados na obra.
- 10.2.1.43.4. A CONTRATADA é responsável pelo devido cumprimento das condicionantes ambientais, atendendo ao estabelecido nas especificações que tratam dos procedimentos e obrigações ambientais da obra e/ou serviço, sem custos adicionais para o Contratante, respondendo pela execução das obras e dos serviços provisórios e permanentes de proteção ambiental.
- 10.2.1.43.5. A CONTRATADA deverá obter, antes do início das obras e/ou serviços, sem ônus para a Secretaria Municipal contratante, todas as licenças ou autorizações ambientais que sejam necessárias para a operacionalização dos serviços e atividades que irá desenvolver, e para as áreas de apoio que irá utilizar para execução do objeto contratado, observado o disposto na LICENÇA AMBIENTAL, tais como: licença para instalação de canteiro de obra, quando necessário.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LEI DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (LGPD)

- 11.1. O CONTRATADO declara que tem ciência da existência da LGPD e se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação, com o intuito de proteger os dados pessoais que lhe forem repassados, cumprindo, a todo momento, as normas de proteção de dados pessoais, jamais colocando, por seus atos ou por sua omissão, o CONTRATANTE em situação de violação de tais regras.
- 11.1.1. O CONTRATADO somente poderá tratar dados pessoais nos limites e finalidades exclusivas do cumprimento de suas obrigações com base no presente contrato e jamais poderá realizar o tratamento para fins distintos do fornecimento e/ou da execução dos serviços especificados no certame ou no contrato administrativo.
- 11.2. O tratamento de dados pessoais será realizado de acordo com as hipóteses de tratamento previstas nos arts. 7º, 11, 14, 23, 24 e 26 da LGPD e somente para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular, observando a persecução do interesse público e os princípios do art. 6º da LGPD e 37 da Constituição Federal de 1988.
- 11.3. O CONTRATADO deverá indicar, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis da publicação do Aditivo, a identidade e informações de contato do seu Encarregado de Proteção de Dados, bem como, se aplicável, o endereço da página eletrônica onde essa designação é realizada, conforme estabelecido no § 1º do art. 41 da LGPD e se compromete a manter o CONTRATANTE informado sobre os dados atualizados de contato de seu Encarregado de Tratamento de Dados Pessoais, sempre que for substituído, independentemente das alterações em sua página eletrônica.
- 11.4. O CONTRATADO deverá cooperar com a Administração Direta e Indireta do Município do Ceará no cumprimento das obrigações referentes ao exercício dos direitos dos Titulares previstos na LGPD e nas Leis e Regulamentos de Proteção de Dados em vigor e também no atendimento de requisições e determinações do Poder Judiciário, Ministério Público e Órgãos de Controle, quando relacionados ao objeto contratual.
- 11.5. O CONTRATADO não poderá disponibilizar ou transmitir a terceiros, sem prévia autorização por escrito, informação, dados pessoais ou base de dados a que tenha acesso em razão do cumprimento do objeto deste instrumento contratual.
- 11.5.1. Caso autorizada transmissão de dados pelo CONTRATADO a terceiros, as informações fornecidas e/ou compartilhadas devem se limitar ao estritamente necessário para o fiel desempenho da execução do



instrumento contratual, adotando procedimentos de segurança que assegurem a sua confidencialidade, integridade e disponibilidade dos dados.

11.5.2. As PARTES se obrigam a zelar pelo sigilo dos dados, garantindo que apenas as pessoas que efetivamente precisam acessá-los o façam, submetendo-as, em todo caso, ao dever de confidencialidade.

11.6. Ocorrendo o término do tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD é dever do CONTRATADO eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da mesma lei, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

11.6.1. O CONTRATADO não poderá deter cópias ou backups, informações, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha tido acesso durante a execução do cumprimento do objeto deste instrumento contratual.

11.6.2. O CONTRATADO deverá eliminar os dados pessoais a que tiver conhecimento ou posse em razão do cumprimento do objeto deste instrumento contratual tão logo não haja necessidade de seu tratamento.

11.6.3. O CONTRATADO fica obrigado a devolver todos os documentos, registros e cópias que contenham informação, dados pessoais, e/ou base de dados a que tenha tido acesso durante a execução do cumprimento do objeto deste instrumento contratual, no prazo de 30 (trinta) dias corridos, contados da data de qualquer uma das hipóteses de extinção do contrato, restando autorizada a conservação apenas nas hipóteses legalmente previstas,

11.7. Caso as PARTES necessitem subcontratar atividades relacionadas ao certame/contrato em que haja tratamento dos dados, deverão exigir a vinculação do SUBCONTRATADO (suboperador) aos critérios definidos neste instrumento, fazendo-o assinar um termo de adesão ao presente contrato.

11.7.1. O CONTRATANTE deverá ser informado no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de subcontratação (suboperadores) firmados ou que venham a ser celebrados pelo CONTRATADO.

11.7.2. Em caso de subcontratação, o CONTRATADO e o SUBCONTRATADO responderão em regime de solidariedade por eventuais danos causados aos titulares, o CONTRATANTE e a terceiros, em virtude de qualquer conduta comissiva ou omissiva inerente ao tratamento dos dados.

11.7.3. O CONTRATADO deverá assegurar que o subcontratado oferecerá o mesmo nível de segurança dos dados, produzindo e guardando evidências disso;

11.8. As PARTES devem adotar boas práticas de governança e medidas técnicas e administrativas em relação ao tratamento dos dados, compatíveis com a estrutura, a escala e o volume de suas operações, bem como a sensibilidade dos dados tratados.

11.8.1. É dever do CONTRATADO orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD, inclusive dará conhecimento formal aos seus empregados das obrigações e condições acordadas nesta cláusula.

11.8.2. O CONTRATADO se responsabilizará por assegurar que todos os seus colaboradores, consultores, fornecedores e/ou de serviços que, no exercício das suas atividades, tenham acesso e/ou conhecimento da informação e/ou dos dados pessoais, agirão de acordo com o presente contrato, com as leis de proteção de dados e que estes respeitem o dever de proteção, confidencialidade e sigilo, devendo estes assumir compromisso formal de preservar a confidencialidade e segurança de tais dados, documento que estar disponível em caráter permanente para exibição do CONTRATANTE, mediante solicitação.

11.8.3. O CONTRATADO deverá promover a revogação de todos os privilégios de acesso aos sistemas, informações e recursos do CONTRATANTE, em caso de desligamento de funcionário das atividades inerentes à execução do presente Contrato.

11.9. Em caso de incidente de segurança em relação aos dados tratados neste certame/contrato, que comprometa a confidencialidade, a integridade e a disponibilidade dos dados, a PARTE que sofreu o incidente deverá comunicar imediatamente a ocorrência a partir de uma notificação que conterá, no mínimo:



- a) Data e hora do incidente;
- b) Data e hora da ciência pela PARTE responsável;
- c) Descrição dos dados pessoais afetados;
- d) Número de titulares afetados;
- e) Relação dos titulares envolvidos;
- f) Riscos relacionados ao incidente;
- g) Indicação das medidas técnicas e de segurança utilizadas para a proteção dos dados;
- h) Motivos da demora, no caso de a comunicação não haver sido imediata;
- i) Medidas que foram ou que serão adotadas para reverter ou mitigar os efeitos do prejuízo;
- j) O contato do Encarregado de Proteção de Dados ou de outra pessoa junto a qual seja possível obter maiores informações sobre o ocorrido;

11.9.1. Na hipótese descrita acima, as PARTES atuarão em regime de cooperação para:

- a) Definir e implementar as medidas necessárias para fazer cessar o incidente e minimizar seus impactos;
- b) Prover as informações necessárias à apuração do ocorrido no menor prazo possível;
- c) Definir o padrão de respostas a serem dadas aos titulares, terceiros, à ANPD e demais autoridades competentes.

11.10. Os dados obtidos em razão deste contrato serão armazenados em um banco de dados seguro, com garantia de registro das transações realizadas na aplicação de acesso (*log*), adequado controle baseado em função (*role based access control*) e com transparente identificação do perfil dos credenciados, tudo estabelecido como forma de garantir inclusive a rastreabilidade de cada transação e a franca apuração, a qualquer momento, de desvios e falhas, vedado o compartilhamento dessas informações com terceiros;

11.11. A critério do CONTRATANTE, o CONTRATADO poderá ser provocado a colaborar na elaboração do Relatório de Impacto à Proteção de Dados Pessoais, conforme a sensibilidade e o risco inerente dos serviços objeto deste contrato, no tocante a dados pessoais.

11.12. O CONTRATADO indenizará o CONTRATANTE, em razão do não cumprimento por parte da CONTRATADA das obrigações previstas nas leis, normas, regulamentos e recomendações das autoridades de proteção de dados com relação ao presente contrato, de quaisquer danos, prejuízos, custos e despesas, incluindo-se honorários advocatícios, multas, penalidades e eventuais dispêndios investigativos relativos a demandas administrativas ou judiciais propostas em face do CONTRATANTE a esse título.

11.13. Em caso de responsabilização do Município por danos e/ou violações à LGPD decorrentes do objeto do contrato, deverá ser apurado os danos que efetivamente cada uma das partes causarem ao titular dos dados, para fins de assegurar o direito de regresso do Município nos termos da legislação.

11.13.1. O CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

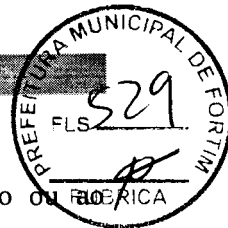
11.14. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da Lei nº 13.709/2018 deverão ser comunicados à ANPD.

11.15. Este instrumento pode ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO E DA GARANTIA DA OBRA/SERVIÇOS

12.1. Conforme Item 4.3 do Termo de Referência.

12.2. O objeto do presente contrato tem garantia de 5 (cinco) anos, contados a partir da emissão do **TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO**, consoante dispõe o art. 618 do Código Civil Brasileiro, quanto a vícios ocultos ou defeitos da coisa, ficando o Contratado responsável por todos os encargos decorrentes disso.



CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/2021, o CONTRATADO que:

- 13.1.1. Der causa à inexecução parcial do contrato;
- 13.1.2. Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- 13.1.3. Der causa à inexecução total do contrato;
- 13.1.4. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- 13.1.5. Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- 13.1.6. Praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 13.1.7. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 13.1.8. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.

13.2. Serão aplicadas ao CONTRATADO que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- 13.2.1. Advertência, quando o CONTRATADO der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- 13.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos subitens 13.1.2, 13.1.3 e 13.1.4, deste contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- 13.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos subitens 13.1.5, 13.1.6, 13.1.7 e 13.1.8 deste contrato, bem como nos subitens 13.1.2, 13.1.3 e 13.1.4, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

13.2.4. Multa:

13.2.4.1. Moratória de 0,05 % (zero virgula zero cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (Trinta) dias.

13.2.4.2. Moratória de 0,05 % (zero virgula zero cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 15% (Quinze por cento) pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

13.2.4.2.1. O atraso superior a 60 (Sessenta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133/2021.

13.2.4.3. Compensatória de 10% (Dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

13.3. A aplicação das sanções previstas neste contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao CONTRATANTE.

13.4. Todas as sanções previstas neste contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

13.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

13.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao CONTRATADO, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133/2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

13.6. Na aplicação das sanções serão considerados:

- 13.6.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;
- 13.6.2. As peculiaridades do caso concreto;
- 13.6.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 13.6.4. Os danos que dela provierem para o CONTRATANTE;



13.6.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133/2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846/2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

13.8. A personalidade jurídica do CONTRATADO poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o CONTRATADO, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

13.9. O CONTRATANTE deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicados, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal e no Certificado de Registro Cadastral (CRC) do Município do Ceará.

13.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/2021.

13.11. Os débitos do CONTRATADO para com o CONTRATANTE, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o CONTRATADO possua com o mesmo órgão ora CONTRATANTE.

13.11.1. Na impossibilidade do pagamento da multa por meio de descontos dos créditos existentes ou da garantia contratual, o CONTRATADO recolherá a multa por meio de Documento de Arrecadação Estadual (DAE), podendo ser substituído por outro instrumento legal, em nome do CONTRATANTE, se não o fizer, será cobrada em processo de execução.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL E DOS DIREITOS DA ADMINISTRAÇÃO EM CASO DE EXTINÇÃO CONTRATUAL

14.1. Este contrato se extingue nas seguintes hipóteses:

I – Quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto, e.

II – Quando mesmo não cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, ocorrer algum dos motivos previstos no art. 137 da Lei nº 14.133/2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

a) Nesta hipótese, aplicam-se também os arts. 138 e 139 da mesma Lei.

14.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

14.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica CONTRATADA, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

14.3. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

14.3.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

14.3.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

14.3.3. Indenizações e multas.



14.4. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

14.5. Este contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo pelo CONTRATANTE, mediante aviso prévio de no mínimo 30 (trinta) dias, nos casos das rescisões decorrentes do previsto no inciso VIII, do art. 139 da Lei Federal nº 14.133/2021, sem que caiba ao CONTRATADO, direito à indenização de qualquer espécie.

14.6. Nos casos de extinção previstos neste contrato, a Administração poderá adotar as seguintes providências:

14.6.1. Execução da garantia contratual (Caso exigida), para ressarcimento à Administração por prejuízos decorrentes da não execução, bem como para o pagamento dos valores das multas e indenizações a ela devidos; e

14.6.2. Retenção dos créditos decorrentes do contrato, até o limite dos prejuízos causados à Administração, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, nos termos do art. 139 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município deste exercício, na dotação abaixo discriminada, conforme o caso:

15.1.1. Gestão/Unidade:

15.1.2. Programa de Trabalho:

15.1.3. Elemento de Despesa:

15.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS ALTERAÇÕES

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.

16.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, e, no caso de reforma de edifício ou de equipamento, o limite para os acréscimos será de 50% (cinquenta por cento).

16.3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

17.1. A fiscalização dos serviços, objeto deste contrato, ficará a cargo do(a) Sr. _____, inscrito no CPF sob nº _____, representante da Administração especialmente designados conforme requisitos estabelecidos no art. 7.º da Lei federal 14.133/2021.

17.2. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, na forma dos arts. 117 e 140 da Lei federal 14.133/2021.

17.3. O fiscal do contrato deverá ter a qualificação necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

17.4. A verificação da adequação da prestação contratada deverá ser realizada com base nos critérios previstos nos projetos e demais documentos técnicos anexos ao instrumento convocatório a que se vincula este contrato.



17.5. A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no art. 125 da Lei federal 14.133/2021.

17.6. A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento do Contratado que contenha a relação detalhada destes, de acordo com o estabelecido nos projetos e demais documentos técnicos anexos ao instrumento convocatório a que se vincula este contrato, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

17.7. O fiscal do contrato deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 117 da Lei federal nº 14.133/2021.

17.8. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 da Lei federal 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO RECEBIMENTO DO OBJETO

18.1. O objeto contratado será recebido pelo executor ou por fiscal ou comissão designada pela autoridade competente, observado o disposto no art. 140 da Lei nº 14.133/2021, da seguinte forma:

18.1.1. **PROVISORIAMENTE**, no prazo de 30 (trinta) dias, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, referente à parcela da obrigação contratual cumprida, que deverá corresponder a cada serviço efetivamente cumprido, para efeito de posterior verificação da conformidade da qualidade e especificações;

e

18.1.2. **DEFINITIVAMENTE**, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo máximo de até 90 (Noventa) dias de observação, ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais, observados o disposto no art. 119 da Lei nº 14.133/2021.

18.2. O CONTRATANTE só aceitará os serviços que estiverem de acordo com as especificações técnicas, normas da ABNT e dos fabricantes dos materiais. Caberá à CONTRATADA todo o ônus decorrente da rejeição, incluindo prazos e despesas.

18.3. Em caso de conformidade, o servidor ou a comissão liberará o pagamento e emitirá o aceite definitivo do objeto em termo circunstanciado, em 02 (duas) vias, também assinado por representante da CONTRATADA, que receberá uma via do referido termo.

18.4. Qualquer não conformidade quanto ao objeto contratado, apontada pelo servidor ou pela comissão, acarretará o não recebimento. O servidor ou a comissão discriminará em termo circunstanciado as irregularidades encontradas, ficando a CONTRATADA, após o recebimento da notificação, obrigada a adotar as providências cabíveis, até o prazo previsto para o adimplemento da obrigação, cientificada de que está passível das penalidades previstas no contrato administrativo e em lei.

18.5. À CONTRATADA caberá sanar as irregularidades apontadas no recebimento, até o prazo previsto para o adimplemento da obrigação, submetendo o objeto impugnado à nova verificação, ficando suspenso o pagamento até a execução das correções necessárias, sem prejuízo de aplicação das penalidades cabíveis.

18.6. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil relacionada ao objeto contratado, nem ético-profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

18.7. Nos termos do disposto no art. 140, §6º da Lei nº 14.133/2021, o recebimento definitivo de obra pela Administração não eximirá o contratado, pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos, da responsabilidade objetiva pela solidez e pela segurança dos materiais e dos serviços executados e pela funcionalidade da construção, da reforma, da recuperação ou da ampliação do bem imóvel, e, em caso de vício, defeito ou incorreção identificados, o contratado ficará responsável pela reparação, pela correção, pela reconstrução ou pela substituição necessárias.

18.8. A reparação dos vícios verificados dentro do prazo de garantia do serviço, tendo em vista o direito assegurado ao Contratante no art. 119 da Lei federal nº 14.133/2021 e no art. 12 da Lei nº 8.078, 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), é condição para o recebimento definitivo do objeto.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA VEDAÇÕES

19.1. É vedado ao Contratado:

19.1.1. Caucionar ou utilizar este Contrato para qualquer operação financeira;

19.1.2. Interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte do Contratante, salvo nos casos previstos em lei

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA PRECEDÊNCIA DOS DADOS

20.1. Havendo inconsistência entre memorial descritivo e desenhos dos projetos, prevalecem as especificações do memorial descritivo.

20.2. Havendo inconsistência entre desenhos dos projetos e a planilha de orçamento global, inclusive entre os respectivos quantitativos, prevalecem os desenhos dos projetos.

20.3. Havendo pequena diferença entre dimensões dos desenhos dos projetos e as respectivas cotas, prevalecem as cotas.

20.4. Havendo diferenças entre as dimensões dos desenhos dos projetos e as respectivas cotas de forma que possam comprometer a aplicação das demais dimensões do projeto e respectivas cotas, o Contratado deverá solicitar que o fiscal da obra esclareça qual deverá ser seguida.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DAS DISPOSIÇÕES ESPECIAIS E DO REPRESENTANTE DA CONTRATADA

21.1. Se qualquer das partes relevar eventual falta relacionada com a execução deste contrato, tal fato não significa liberação ou desoneração a qualquer delas.

21.2. No caso de ocorrer greve de caráter reivindicatório entre os empregados do Contratado ou de seus subcontratados, cabe a ele resolver imediatamente a pendência.

21.3. As partes considerarão cumprido o contrato no momento em que todas as obrigações aqui estipuladas estiverem efetivamente satisfeitas, nos termos de direito e aceitas pelo contratante.

21.4. Haverá consulta prévia ao CADIN/CE, pelo órgão ou entidade competente, nos termos da legislação competente.

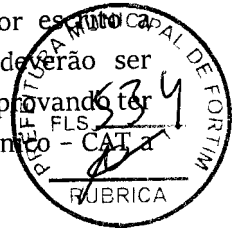
21.5. O presente contrato somente terá eficácia após a assinatura das partes e divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas.

21.6. Nos casos de urgência, a eficácia se dará a partir da assinatura das partes, permanecendo a exigência da divulgação no PNCP no prazo de 10 dias úteis.

21.7. Representará a CONTRATADA na execução do ajuste, como preposto, os profissionais indicados na sua HABILITAÇÃO.

21.8. O Engenheiro Responsável Técnico indicado na proposta da empresa deverá efetivamente trabalhar na execução da obra e/ou serviço.

21.9. A eventual substituição de profissional só será possível mediante comunicação por escrito à Secretaria Municipal de competência, devidamente justificada. Do técnico substituído deverão ser apresentadas Certidões de Acervo Técnico emitidas pelo Conselho Regional da categoria, comprovando ter o mesmo a qualificação técnica compatível com a do substituído. As Certidões de Acervo Técnico a serem apresentadas terão as mesmas exigências do Edital para o profissional substituído.



CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DAS AÇÕES DE RESPONSABILIDADE AMBIENTAL

22.1. Os serviços prestados pela CONTRATADA deverão observar estritamente a norma técnicas de proteção ambiental, de forma a promover sempre no uso racional de recursos e equipamentos, de forma a evitar e prevenir o desperdício de insumos e materiais consumidos bem como a geração excessiva de resíduos, a fim de atender às diretrizes de responsabilidade ambiental adotadas pela CONTRATANTE.

22.2. As boas práticas de otimização de recursos, redução de desperdícios e menor poluição se pautarão em alguns pressupostos e exigências, a serem observados pela CONTRATADA:

- I. Racionalização do uso de substâncias potencialmente tóxicos poluentes;
- II. Substituição de substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade;
- III. Racionalização/economia no consumo de energia (especialmente elétrica) e água, repassando a seus empregados todas as orientações referentes à redução do consumo de energia e água;
- IV. Reciclagem/destinação adequada dos resíduos gerados nas atividades de limpeza, asseio e conservação;
- V. Descarte adequado de materiais tóxicos como óleo de motor, lâmpadas fluorescentes e reatores, pilhas e baterias, etc. Sempre apresentando à CONTRATANTE a comprovação deste descarte, da forma ecologicamente correta;
- VI. Os materiais empregados pela CONTRATADA deverão atender a melhor relação entre custos e benefícios, considerando-se os impactos ambientais, positivos e negativos, associados ao produto;
- VII. Execução dos serviços de forma a minimizar os impactos ambientais sobre os elementos naturais (flora, fauna, recursos hídricos, etc.) existentes no local da realização.

22.3. A qualquer tempo a CONTRATANTE poderá solicitar à CONTRATADA a apresentação de relação com as marcas e fabricantes dos produtos e materiais utilizados, podendo vir a solicitar a substituição de quaisquer itens por outros, com a mesma finalidade, considerados mais adequados do ponto de vista dos impactos ambientais.

22.4. A CONTRATADA deverá instruir os seus empregados quanto à necessidade de racionalização de recursos no desempenho de suas atribuições, bem como das diretrizes de responsabilidade ambiental adotadas pela CONTRATANTE, autorizando a participação destes em eventos de capacitação e sensibilização promovidos pela CONTRATANTE.

22.5. Todas as embalagens, restos de materiais e produtos, restos de óleos e graxas, deverão ser adequadamente separados, para posterior descarte, em conformidade com a legislação ambiental e sanitária vigentes.

22.6. Desenvolver ou adotar manuais de procedimentos de descarte de materiais potencialmente poluidores, tais como: pilhas e baterias dispostas para descarte que contenham, em suas composições, chumbo, mercúrio e seus compostos, remetendo-os para os estabelecimentos que as comercializam ou à rede de assistência técnica autorizada pelas respectivas indústrias.

22.7. Tratamento idêntico deverá ser dispensado às lâmpadas fluorescentes e os frascos de aerossóis em geral. Estes produtos, quando descartados, deverão ser separados e acondicionados em recipientes adequados para destinação específica.

22.8. A CONTRATADA deverá estabelecer, em comum acordo com a CONTRATANTE, procedimentos e rotinas voltados ao monitoramento e melhoria contínua da eficiência energética de seus equipamentos.

22.9. A CONTRATADA deve conduzir suas ações em conformidade com os requisitos legais e regulamentos aplicáveis, observando também a legislação ambiental para a prevenção de adversidades ao meio ambiente e à saúde dos trabalhadores e envolvidos na prestação dos serviços.

22.10. A CONTRATADA deverá observar a Resolução CONAMA nº 401/2008, para a aquisição de pilhas e baterias para serem utilizadas nos equipamentos, bens e materiais de sua responsabilidade, respeitando os limites de metais pesados, como chumbo, cádmio e mercúrio.



CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – DOS CASOS OMISSOS

23.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133/2021, e demais normas Municipais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078/1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

23.2. As boas práticas de otimização de recursos, redução de desperdícios e menor poluição se pautarão em alguns pressupostos e exigências, a serem observados pela CONTRATADA:

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – DA PUBLICAÇÃO

24.1. Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133/2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção a Lei nº 12.527/2011, regulamentada no Município do Ceará pela Lei nº 15.175/2012.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA – DO FORO

25.1. Fica eleito o foro do município da sede do CONTRATANTE, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/2021. E, por estarem de acordo, foi mandado lavrar o presente contrato, que está visado pela Assessoria Jurídica do CONTRATANTE, e do qual se extraíram 3 (três) vias de igual teor e forma, para um só efeito, as quais, depois de lidas e achadas conforme, vão assinadas pelos representantes das partes e pelas testemunhas abaixo.

Local e data

(nome do representante)
CONTRATANTE

(nome do representante)
CONTRATADO

Testemunhas:

(nome da testemunha 1)
CPF:

(nome da testemunha 2)
CPF:

ANEXO IV – MODELO DO TERMO DE ATESTADO DE VISTORIA/DECLARAÇÃO

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº _____

PROCESSO Nº _____

(PAPEL TIMBRADO DO PROPONENTE)



Eu, _____ (Representante Legal devidamente qualificado) da empresa _____, DECLARO, para os devidos fins, que visitei os locais e as condições onde serão executados os serviços de _____, tendo tomado conhecimento de todas as peculiaridades e características dos serviços, inclusive, das possíveis dificuldades que possam onerar futuramente nossa empresa na execução do mesmo.

Assim, declaro que estou ciente de que o preço proposto pela empresa está de acordo com as exigências do edital e seus anexos, e assim, dentro desta proposta, assumimos o compromisso de honrar plenamente todas as exigências do instrumento convocatório nº _____ do(a) _____ (unidade contratante), sem quaisquer direitos a reclamações futuras, sob a alegação de quaisquer desconhecimentos quanto às particularidades do objeto.

Local e data,

NOME (RESPONSÁVEL TÉCNICO OU REPRESENTANTE LEGAL DO LICITANTE)

(assinatura e carimbo constando RG ou CPF)

NOME (RESPONSÁVEL DA UNIDADE CONTRATANTE)

(assinatura e carimbo constando o nome)

ANEXO V – MODELO SUGESTIVO DE DECLARAÇÃO DE QUE CUMPRE AO ESTABELECIDO NA LEI Nº 9.854/99, E AO INCISO XXXIII, DO ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.



CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N.º _____

A empresa _____, CNPJ nº. _____, com sede _____ declara, em atendimento ao previsto no edital de Concorrência Eletrônica n.º _____ sob as penas da lei, para todos os fins de direito a que se possa prestar, especialmente para fins de prova em processo licitatório, junto ao Município de Fortim, Estado do Ceará, que, em cumprimento ao estabelecido na Lei nº 9.854, de 27/10/1999, publicada no DOU de 28/10/1999, e ao inciso XXXIII, do artigo 79, da Constituição Federal, não emprega menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem emprega menores de 16 (dezesesseis) anos em trabalho algum, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos

_____, _____ de _____ de 20__.

(assinatura e identificação do responsável pela empresa)

OBS.: Se a empresa possuir menor de 16 (dezesesseis) anos, na condição de aprendiz, desde que maior de 14 (quatorze) anos, deverá declarar essa condição.

ANEXO VI – MODELO DE SUGESTIVO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS - LEI N. 13.709/2018



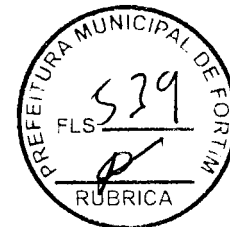
1. É vedado às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.
2. As partes se comprometem a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações – em especial os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis – repassados em decorrência da execução contratual, em consonância com o disposto na Lei n. 13.709/2018, sendo vedado o repasse das informações a outras empresas ou pessoas, salvo aquelas decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do edital/instrumento contratual.
3. As partes responderão administrativa e judicialmente, em caso de causarem danos patrimoniais, morais, individual ou coletivo, aos titulares de dados pessoais, repassados em decorrência da execução contratual, por inobservância à LGPD.
4. Em atendimento ao disposto na Lei n. 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), o CONTRATANTE, para a execução do serviço objeto deste edital, terá acesso aos dados pessoais dos representantes da LICITANTE/CONTRATADA/DETENTORA DA ATA, tais como: número do CPF e do RG, endereço eletrônico, cópia do documento de identificação.
5. A LICITANTE/CONTRATADA/DETENTORA DA ATA, declara que tem ciência da existência da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e, se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação, com intuito de proteção dos dados pessoais repassados pelo CONTRATANTE.
6. A LICITANTE/CONTRATADA/DETENTORA DA ATA, fica obrigada a comunicar ao CONTRATANTE, em até 24 (vinte e quatro) horas, qualquer incidente de acessos não autorizados aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da LGPD.

Em, / / .

ASSINATURA E NOME LEGÍVEL DA PESSOA FÍSICA/JURÍDICA (SÓCIO RESPONSÁVEL
PELA EMPRESA).

ANEXO VI – DECLARAÇÃO DE NEPOTISMO

Pelo presente instrumento, a empresa, CNPJ nº, com sede na
....., através de seu representante legal infra-assinado DECLARA:



() que não possui em seu quadro societário, cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou por afinidade, até o terceiro grau, de servidor público Municipal do ente licitante, que nele exerça cargo em comissão ou função de confiança, seja membro da comissão de contratação, agente de contratação ou autoridade ligada à contratação.

() Possui em seu quadro societário componente, com o grau de parentesco e/ou vínculo por afinidade ou consanguinidade prescrito pela Súmula Vinculante 13/STF, em relação aos seguintes agentes públicos envolvidos na contratação supra, relativo aos órgãos abaixo:

Prefeitura Municipal de _____, no que concerne ao agente públicos envolvidos no ciclo da contratação.

Local e data, _____, ____ de _____ de 2025.

(Identificação e Assinatura do Representante Legal)

(Dados da empresa: Razão Social e CNPJ)

ANEXO VIII – DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA (ANEXO VIII)

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N.º _____

Eu, _____, portador(a) do CPF nº _____, representante devidamente constituído da empresa _____, inscrita com o CNPJ nº _____, com sede à _____, declaro, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

(a) a proposta apresentada para participar da (identificação da licitação) foi elaborada de maneira independente pelo Licitante, e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato da Concorrência Eletrônica de nº _____, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

(b) a intenção de apresentar a proposta elaborada para participar da **CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA** de nº _____, não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato da Concorrência Eletrônica de nº _____, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

(c) que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato da Concorrência Eletrônica de nº _____, quanto a participar ou não da referida licitação;

(d) que o conteúdo da proposta apresentada para participar da Concorrência Eletrônica de nº _____, não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato da Concorrência Eletrônica de nº _____, antes da adjudicação do objeto da referida licitação;

(e) que o conteúdo da proposta apresentada para participar da Concorrência Eletrônica de nº _____, não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante de _____ (Órgão licitante) antes da abertura oficial das propostas; e,

(f) que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

_____, ____ de _____ de 20__.

(Assinatura, nome e Número da Carteira de Identidade do Declarante)

**ANEXO IX – MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUE CUMPRE COM O DISPOSTO NO ART. 63, IV DA LEI
14.133 DE 2021**



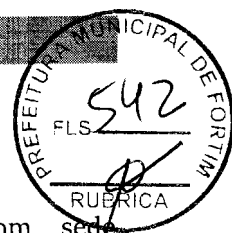
Pelo presente instrumento, a empresa, CNPJ nº, com sede na, através de seu representante legal infra-assinado DECLARA:

() que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

Local e data, _____, ____ de _____ de 202__.

(Identificação e Assinatura do Representante Legal)
(Dados da empresa: Razão Social e CNPJ)

ANEXO X – MODELO DE DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE



Pelo presente instrumento, a empresa, CNPJ nº, com sede na, através de seu representante legal infra-assinado DECLARA:

() que a empresa não foi declarada inidônea por nenhum órgão público de qualquer esfera de governo, estando apta a contratar com o poder público.

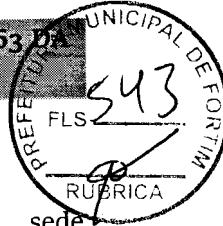
A idoneidade da empresa licitante poderá ser verificada ainda através dos seguintes meios:

1. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União
(<https://portal.datransparencia.gov.br/sancoes/consulta?cadastro=2&ordenarPor=nomeSancionado&direcao=asc>); e
2. Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União
(<https://portal.datransparencia.gov.br/sancoes/consulta?cadastro=2&ordenarPor=nomeSancionado&direcao=asc>).
3. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

Local e data, _____, ____ de _____ de 202_.

(Identificação e Assinatura do Representante Legal)

(Dados da empresa: Razão Social e CNPJ)

**ANEXO XI – MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUE CUMPRE COM O DIPOSTO NO §1º DO ART. 63 DA
LEI 14.133 DE 2021**

Pelo presente instrumento, a empresa, CNPJ nº, com sede na, através de seu representante legal infra-assinado DECLARA:

() que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

Local e data, _____, ____ de _____ de 202__.

(Identificação e Assinatura do Representante Legal)

(Dados da empresa: Razão Social e CNPJ)

ANEXO XII – MODELO DE DECLARAÇÃO DE IDENTIFICAÇÃO DE RESPONSÁVEL



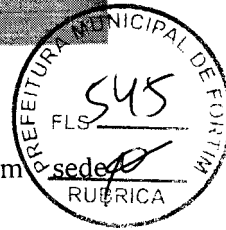
Pelo presente instrumento, a empresa, CNPJ nº, com sede na, através de seu representante legal infra-assinado DECLARA, para os devidos fins de direito, na qualidade de Proponente dos procedimentos licitatórios, instaurados por este Município, que o(a) responsável legal da empresa é o(a) Sr.(a)....., Portador(a) do RG sob nº e CPF nº, cuja função/cargo é.....(sócio administrador/procurador/diretor/etc), responsável pela assinatura do contrato.

Local e data, _____, ____ de _____ de 2023.

(Identificação e Assinatura do Representante Legal)
(Dados da empresa: Razão Social e CNPJ)

ANEXO XIII – MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO AS NORMAS DE PREVENÇÃO À CORRUPÇÃO

Pelo presente instrumento, a empresa _____, CNPJ nº _____, com sede _____, na _____, através de seu representante legal infra-assinado DECLARA:



() conhecer as normas de prevenção à corrupção previstas na legislação brasileira, dentre elas, a Lei de Improbidade Administrativa (Lei Federal nº 8.429/1992), a Lei Federal nº 12.846/2013 e seus regulamentos, se comprometem que para a execução deste contrato nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar, a quem quer que seja, aceitar ou se comprometer a aceitar, de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios indevidos de qualquer espécie, de modo fraudulento que constituam prática ilegal ou de corrupção, bem como de manipular ou fraudar o equilíbrio econômico financeiro do presente contrato, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, devendo garantir, ainda que seus prepostos, administradores e colaboradores ajam da mesma forma.

Local e data, _____, ____ de _____ de 202__.

(Identificação e Assinatura do Representante Legal)
(Dados da empresa: Razão Social e CNPJ)

**ANEXO XIV – MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUE SE ENQUADRA NO CONCEITO LEGAL DE
MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE**

(papel timbrado da licitante)



Ao Agente de Contratação e Equipe de Apoio
Prefeitura Municipal de Fortim, Estado do Ceará
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº ____/202__

Pelo presente instrumento, a empresa, CNPJ nº, com sede na
....., através de seu representante legal infra-assinado:

DECLARA, sob as penas do artigo 299 do Código Penal, que se enquadra na situação de

() MICROEMPRESA;

() EMPRESA DE PEQUENO PORTE ou;

() COOPERATIVA, nos termos da Lei Complementar nº 123/06, alterada pela Lei Complementar nº 147/14,
bem assim que inexistem fatos supervenientes que conduzam ao seu desenquadramento desta situação.

(*Marcar este item caso se enquadre na situação de microempresa, empresa de pequeno porte ou
cooperativa.)

() DECLARA, para fins de obtenção do benefício disposto nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123,
de 14 de dezembro de 2006. que no ano-calendário de realização da licitação, ainda não celebramos

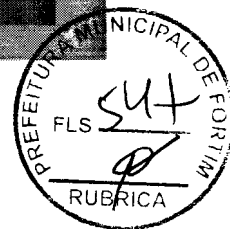
contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima
admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte (§2º do Art. 4º da Lei 14133/2021).

(*Marcar este item caso se enquadre na situação de microempresa ou empresa de pequeno).

Local e data, _____, ____ de _____ de 2023.

(Identificação e Assinatura do Representante Legal)

(Dados da empresa: Razão Social e CNPJ)

**ANEXO XV – MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUE ATENDE AOS REQUISITOS
DE HABILITAÇÃO**

Pelo presente instrumento, a empresa, CNPJ nº, com sede na
....., através de seu representante legal infra-assinado DECLARA:

() que atende aos requisitos de habilitação, e que responderá pela veracidade das informações prestadas,
na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

Local e data, _____, ____ de _____ de 202__.

(Identificação e Assinatura do Representante Legal)

(Dados da empresa: Razão Social e CNPJ)

ANEXO XVI - JUSTIFICATIVA DA LIMITAÇÃO NO NÚMERO DE CONSORCIADOS

O Município de Fortim vem por meio deste apresentar justificativa acerca da limitação estabelecida para o número de componentes que fazem parte dos Consórcios participantes do presente procedimento licitatório.

Destaca-se, por oportuno, que não há na legislação vigente dispositivo que vede a restrição do número de consorciados e, até mesmo, a proibição da participação de consórcios, portanto, a conveniência de admitir, em procedimento licitatório, a participação dos mesmos e a quantidade de componentes, é decisão meramente discricionária da Administração, conforme os regramentos da Lei n.º 14.133/21.

Dessa forma, em cada caso concreto se vislumbra a possibilidade da participação ou não de consórcios e, da mesma forma, a definição da quantidade de componentes existentes nestes, devendo a administração decidir, com base no interesse público e na vantajosidade para a mesma, qual será a formatação do edital.

A decisão desta Secretaria de limitar a 02 (duas) a quantidade de componentes dos Consórcios no presente edital decorreu das análises técnicas prévias à licitação, notadamente tendo por base que a permissão indiscriminada de consorciados põe em risco a competitividade do processo, já que um consórcio poderia reunir ilimitadas empresas com experiência profissional para tanto, podendo reduzir drasticamente o número de participantes no certame. A limitação evita, também, o fracionamento excessivo das responsabilidades, favorecendo a eficiência e a qualidade do serviço, e facilitando a fiscalização da contratação pela Administração.

Ressaltamos por fim, que o Tribunal de Contas da União no Acórdão 1404/2014 já se posicionou sobre o tema informando que **'não existe ilegalidade com relação a fixação em duas o número máximo de empresas participantes em consórcio, uma vez que o dispositivo legal não veda tal fixação.'** Da mesma forma, o Tribunal de Contas do Estado na Representação 706.931 informa que cabe a Administração, através da sua discricionariedade, **"decidir acerca da melhor forma e condições para o atendimento ao interesse público."**

Ordenador de Despesas





AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO: CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 2204.01/2025 – SMDU

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA AREA DE LIMPEZA PÚBLICA URBANA PARA A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE COLETA, TRANSPORTE E DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDO, DOMICILIARES, RESÍDUOS PÚBLICO E ENTULHO, COM VARRIÇÃO DE VIAS E LOGRADOUROS PÚBLICOS, PODA, CAPINAÇÃO E PINTURA DE MEIO FIO DO MUNICIPIO DE FORTIM/CE, CONFORME PROJETO BASICO DE ENGENHARIA.

DO TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL.

DA FORMA DE FORNECIMENTO: PARCELADO.

O Ordenador de Despesas, toma público para conhecimento dos licitantes e demais interessados, que do dia 28 de Abril de 2025 até o dia 14 de Maio de 2025 até às 08h00min. (Horário de Brasília), estará recebendo as Propostas de Preços, referentes a esta Concorrência, no Endereço Eletrônico www.novobbmnet.com.br. A Abertura das Propostas acontecerá no dia 14 de Maio de 2025, às 09h00min. (Horário de Brasília) e o início da Sessão de Disputa de Lances ocorrerá a partir das 12h00min do dia 14 de Maio de 2025, (Horário de Brasília). O edital na íntegra encontra-se à disposição dos interessados para consulta na Comissão de Contratação, a Vila da Paz, Bloco D, nº 40, Centro - Fortim-CE, no endereço eletrônico www.novobbmnet.com.br (acesso Identificado no link – licitações), assim como no site <https://municipios-licitacoes.tce.ce.gov.br/>.

Fortim/CE, 25 de Abril de 2025.


VALDEIZIO FLORÊNCIO DA SILVA
Ordenador de Despesa da
SECRETRARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO

Publica-se nos Jornais:

Jornal de Grande Circulação
Diário Oficial do Estado do Ceará
Flanelógrafo da Prefeitura Municipal
Sítio do Tribunal de Contas do Estado
Diário Oficial dos Municípios



PORTARIA Nº. 2025.01.01.021, DE 01 DE JANEIRO DE 2025



Designa servidor para o exercício de função, na forma que indica.

A PREFEITA MUNICIPAL DE FORTIM/CE, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal;

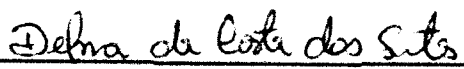
CONSIDERANDO o disposto no art. 3º da Lei Municipal nº 1008/2023, de 08 de dezembro de 2023, e no Decreto Municipal nº 1138/2023, de 27 de dezembro de 2023, em especial no seu art. 3º;

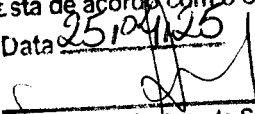
RESOLVE:

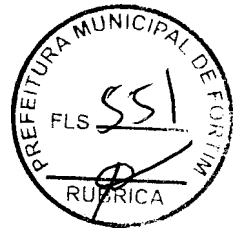
Art. 1º. Designar a servidora **Aurelita Martins da Silva Lima** para o exercício da função de **Agente de Contratação** da Secretaria Municipal de Planejamento, Gestão, Administração e Finanças de conformidade com a Lei Municipal n.º 1008/2023, de 08 de dezembro de 2023, e legislação correlata.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTIM – CE, ao 01 de janeiro de 2025.


DELMA DA COSTA DOS SANTOS
PREFEITA MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTIM
Reconheço que esta cópia xerográfica
está de acordo com o original. Dou fé.
Data 25.01.25

Assinatura do Servidor
Obs. É verdade à União, aos Estados no Distrito
Federal e aos Municípios recusa-se aos
documentos públicos (Vide art. 19-11, da CF)



PORTARIA Nº. 2025.01.01.022, DE 01 DE JANEIRO DE 2025

Designa Equipe de Apoio da
Comissão Municipal de Contratação,
na forma que indica.

A PREFEITA MUNICIPAL DE FORTIM/CE, no uso de suas atribuições
legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal;

CONSIDERANDO o disposto na Lei Municipal nº 1008/2023, de 08 de
dezembro de 2023, e no Decreto Municipal nº 1138/2023, de 27 de dezembro
de 2023, em especial no seu art. 7º;

RESOLVE:

Art. 1º. Designar os servidores abaixo relacionados para comporem a
Equipe de Apoio à Comissão Contratação, do Município de Fortim – CE., de
conformidade com a Lei Municipal n.º 1008/2023, de 08 de dezembro de 2023,
e legislação correlata:

- **Samara Monteiro de Sousa;**
- **Melina Paula Moreira Barbosa;**
- **Auricélia Rodrigues da Silva (Suplente);**

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTIM – CE, ao 01 de janeiro
de 2025.

Delma da Costa dos Santos
DELMA DA COSTA DOS SANTOS
PREFEITA MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTIM
Reconheço que esta cópia xerográfica
está de acordo com o original. Dou fé.
Data 25/01/25

Assinatura do Servidor
Obs.: É verdade à União, aos Estados no Distrito
Federal e aos Municípios recusar fé aos
documentos públicos (Vide art. 19-11, da CF)